



Justiça mantém bloqueio parcial e Raízen terá de explicar conexão com lavagem de dinheiro

CORREIO BASTIDORES - PÁGINA 12

TCU apura uso de R\$ 5,7 bi de valor esquecido

Dinheiro está sendo usado pelo governo para custear o Desenrola 2.0. Os recursos estavam no Sistema de Valores a Receber (SVR), do Banco Central.

PÁGINA 13

Desaceleração da inflação, mas com alerta do BC

Ata da reunião do Copom mostra que a decisão foi tomada em um ambiente ainda marcado por incertezas.

PÁGINA 9

CCJ da Câmara vota 26 textos de deputados de SP

Das 108 propostas para discussão e votação nesta quarta-feira (12), 25 envolvem deputados federais de SP

PÁGINA 3

MORAES DESCOBRIU FONTE CONTRA DINO



LUÍZ SILVEIRA/STF

Moraes determinou que a PF apreendesse aparelhos eletrônicos de jornalista

O ministro Alexandre de Moraes (STF) descobriu a fonte de um jornalista que publicou reportagens contra Flávio Dino após determinar que a PF apreendesse os aparelhos eletrônicos do profissional de imprensa. A fonte foi descoberta por meio de conversas no WhatsApp.

CAPPELLI - PÁGINA 14

Processo contra Erika Hilton segue na Câmara Federal

PÁGINA 3

DIVULGAÇÃO/ANEEL



Reunião pública da diretoria da Aneel nesta terça-feira(11); Contrato não foi julgado

Aneel nega pedido da Enel-SP

Diretores da Aneel rejeitaram recurso da Enel-SP e mantiveram processo administrativo que pode levar à ca-

ducidade da concessão na Grande SP. Diretoria ressalta que ainda não há decisão sobre perda do contrato.

PÁGINA 17

CPI do Jockey aprova oitivas para ouvir dirigentes

PÁGINA 4

Falhas afetaram linhas de trem na Grande SP

Duas ocorrências provocaram alterações na circulação de trens na manhã desta terça (11) em linhas operadas pela CPTM e, também, pela Tic Trens.

PÁGINA 19

Câmara aprova convite à GCM sobre pancadões

PÁGINA 4

FERNANDO MOLICA

FLÁVIO: SER OU NÃO SER BOLSONARO

PÁGINA 2

EDITORIAL

ELEIÇÃO, TARIFAÇÃO, JUROS E INFLAÇÃO NA MESA DO BC

PÁGINA 2

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Cleitinho entre Lula e Flávio Bolsonaro: “neutralidade”

Candidato do Republicanos ao governo de Minas Gerais, o senador Cleitinho Azevedo reapareceu nesta terça-feira, 11, no plenário do Senado para acompanhar as votações desta semana de esforço concentrado.

Estava solitário por volta das 18h quando se aproximou de sua cadeira o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), ex-líder do PT na Câmara e um dos caciques da legenda em Minas.

Os dois se abraçaram como grandes amigos e o deputado sentou-se na cadeira ao lado. A cena foi presenciada pela coluna a média distância. Logo Reginaldo puxou assunto: “Parabéns. Você será um forte candidato, mas é claro que continuo torcendo pelo Patrus.”

Ele se referia ao deputado Patrus Ananias (PT-MG), que irá enfrentar Cleitinho na disputa pelo comando do Palácio da Liberdade. O senador sorriu e assentiu com a cabeça. E a conversa continuou no mesmo tom amigável.

Deu para notar quando o deputado perguntou se Cleitinho daria lugar no palanque ao candidato do PL a presidente da República, Flávio Bolsonaro. O senador disse que o Flávio já tem candidato em Minas, o ex-presidente da Federação das Indústrias (Fiemg) Flávio Roscoe. E que, por isso, ele fará uma campanha “independente, com neutralidade” em relação ao PT e ao PL no plano nacional.

É tudo que os petistas querem. Minas é decisivo na eleição presidencial. O comando do PT acredita que Luiz Inácio Lula da Silva(PT) pode-

rá se reeleger até mesmo em primeiro turno, se conseguir uma vantagem de mais de 1,2 milhão de votos no estado. Com Cleitinho apoiando Flávio, seria difícil alcançar essa marca.

Reginaldo Lopes levou ao comando nacional da legenda, no mesmo dia, o resultado dessa sua conversa com Cleitinho. Mas ele próprio não garantiu que o senador manterá essa posição até o final da eleição. “Ele pode mudar de ideia a qualquer instante. Com o Cleitinho tudo é possível”, argumentou.

A mesma opinião têm os caciques do PL em Minas. Desde que Cleitinho aguardou Flávio Bolsonaro anunciar a candidatura de Roscoe e lançou-se, dois dias depois, os bolsonaristas passaram a reclamar de terem sido vítimas de “um golpe”.

Segundo eles, Cleitinho nunca quis se comprometer, nem com a candidatura de Flávio Bolsonaro, nem com a de Lula. O senador, segundo as pesquisas, pode ter votos para governador tanto entre eleitores do PT com de bolsonaristas, por isso, esticou ao máximo sua decisão até o PL se ver obrigado a lançar candidato próprio.

O comando da campanha de Flávio Bolsonaro, no entanto, não desistiu do apoio de Cleitinho. Acredita que pode convencer o senador a aceitar que o candidato dos bolsonaristas a presidente tenha palanque duplo no estado: para Roscoe e para o senador.

Há entre os bolsonaristas quem defenda até que Roscoe abra mão da candidatura em troca do apoio de Cleitinho. Mas essa é uma hipótese que o comando do PL de Minas Gerais não gosta. Avalia que, se o senador mineiro se afastou propositadamente, ele poderá desistir do eventual apoio a Flávio em qualquer momento da campanha deixando o PL perdido em Minas e na disputa pelo Palácio do Planalto.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Flávio: ser ou não ser Bolsonaro

Ao revelar que o índice dos que temem a volta de alguém da família Bolsonaro ao governo supera o medo da permanência de Lula, a pesquisa CNT/MDA indica o porquê da decisão da campanha do candidato do PL frisar seu prenome — Flávio — no lugar do sobrenome.

O resultado desfavorável ao clã — 39,4% rejeitam sua volta ao Planalto; 35,8% a continuidade do petista — está dentro da margem de erro da pesquisa, mas ilustra a dificuldade de se encontrar um perfil predominante de Flávio que, agora protagonista, depara-se com a dificuldade de ser Bolsonaro.

O senador fluminense não é candidato como consequência de sua carreira política, mas por ser filho do ex-presidente, que permanece como “dono” do sobrenome: Jair é o Bolsonaro, ele é responsável pela carreira do filho e por sua escolha como presidenciável. Se, em um improvável rompante, Jair mudar de opinião, Flávio será expulso do jogo.

Ao ganhar a candidatura, o senador procurou emplacar uma imagem de moderação, a história de ser o Bolsonaro que toma vacina; partiu do princípio que não teria rivais à sua direita e que precisaria rumar ao centro.

No início, deu certo: ainda que na margem de erro, ele chegou a ultrapassar Lula. Acudopelo caso Master, pelo pedido de dinheiro a Daniel Vercaro, precisou tocar reunir, e fez rufar os tambores de guerra de sua família.

As pesquisas mostram que, com a concla-

mação ao bolsonarismo-raiz, ele conseguiu estancar sua queda e, principalmente, evitou o crescimento de qualquer adversário no campo da direita. Por mais que radicalizem o discurso, os demais candidatos não conseguem sequer chegar perto dos dois dígitos nas intenções de voto.

E, aí, surge o impasse: a menos de dois meses para o primeiro turno, Flávio Boslonaro, como gostava de frisar o SBT antigamente, é o líder absoluto do segundo lugar, com grande chance de impedir a vitória de Lula na primeira rodada. Mas é travado por sua rejeição: 54,5% não voltariam nele no segundo turno, contra 46,2% que não aceitariam apertar o 13. O vento que faz seu barco correr — o bolsonarismo — é o mesmo que limita sua velocidade. Segundo a pesquisa, seria, hoje, derrotado por Lula no segundo turno (teria 39% dos votos contra 48% do adversário).

Para ser competitivo, Flávio precisa ser Bolsonaro, mas, para ganhar, teria que cometer um patricídio simbólico, que talvez não seria perdoado por seus potenciais eleitores. Sua necessidade de se livrar do peso paterno iria além das relacionadas ao crescimento autônomo de cada um de nós. Não se trata apenas de superar expectativas e imposições relacionadas à figura do pai, o problema é também eleitoral. Ele precisa provar ao eleitor (quicá a si mesmo) ser capaz de superar o pai; isso, sem cometer uma traição.

Entre ser Flávio ou Bolsonaro, o senador corre o risco da derrota. Enquanto isso, seus adversários deitam e rolam com a marca que destaca o “V” de seu prenome: leem Vercaro no lugar de vitória.

EDITORIAL

Eleição, tarifaço, juros e inflação na mesa do BC

O Banco Central brasileiro enfrenta, neste segundo semestre, um dos mais delicados dilemas da política econômica: como reduzir os juros sem permitir que a inflação volte a ganhar força, em meio a um cenário internacional marcado por guerras, tarifas e incertezas, e a um ambiente doméstico contaminado pela disputa eleitoral de outubro.

A Selic está em 14% ao ano, após o quarto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual. O movimento indica que o Banco Central reconhece a desaceleração da inflação e os efeitos, ainda graduais, da política monetária restritiva sobre a atividade econômica. Mas a cautela permanece justificada: as expectativas de inflação continuam acima da meta, o que dificulta uma redução mais rápida dos juros.

O problema é que parte das pressões sobre os preços não nasce dentro do Brasil. As guerras no Oriente Médio podem provocar novos choques de energia e combustíveis, enquanto o tarifaço de Donald Trump altera fluxos comerciais, preços e decisões de investimento em todo o mundo. São fatores sobre os quais o Copom tem pouco ou nenhum controle. Ainda assim, seus efeitos podem chegar ao consumidor brasileiro por meio do câmbio, dos combustíveis e das commodities.

É justamente aí que está o dilema. Subir ou manter juros muito elevados não produz petróleo, não encerra guerras e não desfaz tarifas. Mas reduzir a Selic de maneira precipitada pode alimentar o câmbio, desancorar expectativas e dificultar ainda mais o combate à inflação. O remédio monetário tem limites, sobretudo quando a origem do problema é externa.

Há, ainda, a variável eleitoral. A proximidade das eleições de outubro tende a aumentar a volatilidade dos mercados e a sensibilidade dos investidores aos discursos sobre gastos públicos, dívida e futuro da política econômica. O Banco Central precisa resistir à tentação de transformar sua política em instrumento eleitoral — seja para agradar o governo, seja para responder às pressões do mercado.

A melhor decisão, portanto, não será necessariamente a mais popular. O BC deve preservar sua autonomia, comunicar-se com clareza e calibrar os juros conforme os dados, não conforme o calendário eleitoral. Ao governo, cabe fazer a sua parte: responsabilidade fiscal e previsibilidade ajudam a reduzir a pressão sobre a política monetária.

Inflação baixa e juros sustentáveis não se constroem apenas na mesa do Copom. Dependem de credibilidade, equilíbrio fiscal e capacidade de atravessar choques externos sem transformar cada turbulência internacional em uma crise doméstica. Em ano eleitoral, essa disciplina será mais importante.

OPINIÃO DO LEITOR

Brasília florida

Brasília já começa a ficar mais bela com a florada dos ipês amarelos! É um colírio para os nossos olhos! Impossível o brasiliense não curtir Beleza sem limite!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasilia - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO
PAULISTA

POR
ANDRE SOUZA

MARIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputada responde por suposta quebra de decoro após posts nas redes

Conselho de Ética da Câmara mantém processo contra Erika Hilton

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou, por 10 votos a 5, a continuidade do processo contra a deputada Erika Hilton (Psol-SP), alvo de pedido de cassação apresentado pelo partido Missão. A representação foi motivada por publicações da parlamentar nas redes sociais em resposta a ataques após sua eleição para a presidência da Comissão da Mulher. O relator, deputado Gilberto Silva (PL-PB), iniciará a investigação, e Erika poderá apresentar defesa e indicar testemunhas. O processo pode durar até 90 dias. Caso seja indicada punição grave, como suspensão ou perda do mandato, a decisão dependerá do plenário. O calendário eleitoral, porém, pode impedir a conclusão. Se o processo não for finalizado até o fim do mandato, em dezembro, a representação será arquivada. Além disso, cabe ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautar a votação no plenário.

MPSP propõe TAC ao Discord por conteúdo ilícito

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) encaminhou ao Discord no Brasil proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A iniciativa é conduzida pelo GAESP, pelas Promotorias da Infância e da Juventude da Capital e pelo CyberGAECO. O objetivo é aperfeiçoar mecanismos de prevenção e combate a ilícitos na plataforma, especialmente contra crianças, adolescentes, mulheres e animais. O procedimento apura conteúdo com violência sexual, maus-tratos e estímulo à automutilação de menores e tramita sob sigilo. A empresa analisa a proposta.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Objetivo é combater ilícitos contra crianças, adolescentes e animais.

Mais de 1,2 milhão de vagas em cursos de IA

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo oferece mais de 1,2 milhão de vagas gratuitas em cursos de inteligência artificial pelo Qualifica SP. O “IA para Todos”, em parceria com a StartSe, tem 1 milhão de vagas, quatro módulos e carga de quatro horas. Já o “Agentes de IA”, com a Salesforce, disponibiliza 250 mil vagas e tem 15h38 de duração. As inscrições são pelo Trampolim SP, com login gov.br. É necessário ser alfabetizado e morar no estado. Para o certificado, a frequência mínima é de 75%.

Inscrições nos vestibulares das universidades

As universidades de São Paulo têm inscrições abertas para vestibulares que oferecem vagas em cursos de ensino superior. A Unicamp recebe inscrições de 3 até 31 de agosto; a Fuvest, que organiza o vestibular da USP, terá inscrições de 17 de agosto a 9 de outubro; e a Unesp, de 4 de setembro a 20 de outubro. O Enem encerrou as inscrições em junho. Candidatos devem ficar atentos aos prazos e provas.

Candidatos ao Governo I

As atas das convenções partidárias disponíveis no sistema do TSE registram sete candidatos ao governo de São Paulo nas eleições de 2026. Em ordem alfabética: Carlos Machado (PCB), Edjane Sousa (AGIR), Fernando Haddad (PT), Izadora Dias (PCO), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Vera Lúcia (PSTU) e Vivian Mendes (UP).

Candidatos ao Governo II

As candidaturas ainda precisam ser registradas e analisadas pela Justiça Eleitoral. A disputa, porém, vem sendo marcada pela polarização entre Tarcísio e Haddad: pesquisas recentes mantêm o governador à frente do petista. No levantamento Ideia/ACSP divulgado em 10 de agosto, Tarcísio aparece com 50,6%, contra 33,6% de Haddad.

Dinheiro e obras

Pesquisa Genial/Quaest mostra que 31% dos eleitores consideram a capacidade de levar emendas, recursos e obras aos estados o principal atributo para escolher candidatos ao Senado em 2026. Em seguida aparecem ser indicado por Lula (15%), defender o fim da escala 6x1 (13%) e ser independente da polarização (12%).

Tributação da Indústria

A Fiesp realizou na terça-feira (11) a quinta edição do seminário Tributação da Indústria na Jurisprudência do Carf. O encontro reuniu conselheiros, magistrados e especialistas para discutir o papel do órgão na resolução de disputas tributárias e os impactos da Reforma Tributária. Na abertura, Rafael Cervone defendeu segurança jurídica e clareza normativa.

Caiado e Kassab em SP

Os candidatos à Presidência da República e Vice, Ronaldo Caiado (PSD) e Gilberto Kassab (PSD), cumprem nesta quarta (12) duas agendas em São Paulo. Às 9h, participam de encontro promovido pela FETCESP, na Vila Maria, com representantes do setor de transporte de cargas. Às 11h, estarão no Clube Atlético Monte Líbano, para encontro do associativismo.

Frota de veículos

A frota ativa de veículos em São Paulo soma 27,65 milhões de unidades. Do total, 75,87% (20,98 milhões) têm licenciamento regular e 58,32% (16,12 milhões) possuem placas no padrão Mercosul. Automóveis representam 56,27% (15,56 milhões) da frota, seguidos por motocicletas, com 16,89% (4,67 milhões). Cerca de 39,3% têm até 20 anos.



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania DA Câmara durante reunião

CCJ da Câmara vota 26 projetos de deputados de SP nesta quarta

Pauta reúne saúde, segurança, telecomunicações, carros e radiodifusão

Da **Redação**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados tem na pauta desta quarta-feira (12) 108 propostas para discussão e votação. Desse total, 26 envolvem deputados federais de São Paulo, como autores ou relatores. A reunião está prevista para as 10h, no Plenário 1 do Anexo II, e inclui projetos sobre saúde, segurança, telecomunicações, importação de automóveis e radiodifusão.

Entre os projetos está o PL 9.595/2018, de Renata Abreu (Podemos), que cria o “Abril Marrom”, mês de conscientização e prevenção à cegueira. O PL 2.448/2022, de Sâmia Bomfim (PSOL), estabelece medidas de proteção a vítimas de assédio e importunação sexual em estádios de futebol.

O PL 5.110/2025, de Erika Hilton (PSOL), altera o Código Penal para agravar crimes dolosos que provoquem lesões, mutilações ou agressões contra pescoço, seios e genitália ou traumas faciais em casos de violência contra mulheres. Já o PL 4.951/2013, de Ricardo Izar (PSD), prevê a não incidência da Taxa de Fiscalização de Funcionamento sobre estações móveis de radiofrequência das operadoras. O PL 1.409/2025, de David Soares (União), auto-

riza pessoas físicas a importar veículos usados com pelo menos três anos de fabricação.

A maior parte das propostas trata de radiodifusão. Alex Manente (Cidadania) relata os Projetos de Decreto Legislativos 157, 277, 461, 475 e 493/2025, que tratam da renovação de outorgas de rádios em Dracena, Bilac, Americana, Barão de Antonina e Barretos. Também relata os PDLs 699/2024, 605, 677, 957, 1.001 e 1.098/2025, relativos a emissoras de Americana, São J.R.Preto, Cubatão, Guarujá, Jales e Presidente Prudente.

Fausto Pinato (União) relata os PDLs 1.043, 1.095, 1.134, 1.137 e 1.191/2025, sobre outorgas de emissoras em Avaré, Mirassol, Jaboticabal, Santa Bárbara d'Oeste e Capão Bonito.

Marangoni (Podemos) relata os PDLs 52, 53 e 54/2026, referentes a rádios em Campinas, Boracéia e Birigui. Delegado da Cunha (União) é relator do PDL 961/2025, sobre a concessão da Fundação Educativa e Cultural Matonense, de Araraquara. Nilto Tatto (PT) relata o PDL 657/2026, que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora de Rancharia. As renovações de outorgas permitem que emissoras continuem explorando frequências públicas por determinado período. Os atos precisam passar pelo Congresso Nacional.



A medida foi proposta pelo vereador Kenji Ito (PODE)

Câmara aprova convite à GCM para falar sobre pancadões

A Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara de São Paulo aprovou nesta terça-feira (11) um requerimento para convidar representantes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para a próxima reunião em SP. A medida foi proposta pelo vereador Kenji Ito (PODE) durante debate sobre o combate aos pancadões. O requerimento prevê a participação do inspetor superintendente Luciano, da Superintendência de Ações Ambientais e Especializadas (SAE), de um inspetor de divisão da Ronda Ostensiva Municipal (ROMU) e do subinspetor João, da Equipe Delta. Na reunião, os subinspetores Maurício Monteiro Leite, da ROMU, e João Carlos Batista, da GCM, falaram sobre a atuação da corporação em operações contra festas clandestinas. Participaram Amanda Vetorazzo (UNIÃO), Keit Lima (PSOL) e Sargento Nantes (PP).

Câmara de SP lembra 50 anos da morte de JK

A Câmara Municipal de São Paulo realizou nesta segunda-feira (10) um ato solene em memória dos 50 anos da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek (JK). A cerimônia contou com a exibição do minidocumentário “50 Anos Sem JK: O Resgate da Verdade Histórica”, produzido a partir de pesquisas sobre o caso. O evento também abordou as investigações realizadas pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog sobre as circunstâncias da morte do ex-presidente, ocorrida em 1976.



Cerimônia contou com a exibição de um minidocumentário

Câmara de SP realiza workshop sobre Alzheimer

A Câmara Municipal de São Paulo sediou, na segunda-feira (10), um workshop voltado a cuidadores de idosos, com foco nos desafios relacionados ao cuidado de pessoas com Alzheimer. O encontro reuniu cuidadores e profissionais da área da saúde para discutir situações enfrentadas no atendimento a pacientes com a doença. Organizado pela Associação Paulista dos Cuidadores de Idosos (APCI), o evento teve apoio da vereadora Edir Sales (PSD). Entre os temas abordados estive as mudanças de comportamento provocadas pelo Alzheimer.

Dificuldades para realizar atividades diárias

Entre outros temas, estiveram as dificuldades para realizar atividades do cotidiano e a perda gradual da independência dos pacientes. A atividade também tratou de estratégias que podem auxiliar os cuidadores na rotina de assistência. O workshop ocorreu na sede do Legislativo paulistano e integrou a programação de atividades voltadas à discussão de questões relacionadas à população idosa.

Comissão de Turismo I

A Comissão de Turismo da Câmara Municipal realizou reunião inédita, nesta terça-feira (11), no Solar da Marquesa de Santos. Liderado pelo vereador Gilberto Nascimento (PL), o encontro debateu o patrimônio histórico como vetor de desenvolvimento turístico e ouviu os organizadores da Jornada do Patrimônio.

Comissão de Turismo II

A 12ª edição do evento acontece nos dias 15 e 16 de agosto com o tema “São Paulo: Cada Olhar, Uma História”, oferecendo roteiros e oficinas gratuitas. Marcos Cartum, diretor do Museu da Cidade, celebrou a histórica aproximação com o Legislativo. Para o parlamentar, descentralizar os debates fomenta o setor e valoriza a memória paulistana.

Água de reuso I

A Prefeitura da cidade de São Paulo utiliza diariamente cerca de 170 mil litros de água de reuso para os serviços de limpeza urbana na região central da capital paulista. O insumo é proveniente de estações de tratamento, e na sequência passa a ser empregado na lavagem de vias, calçadas e mobiliários públicos da cidade.

Água de reuso II

Segundo a Prefeitura, a aplicação da água de reuso visa reduzir o consumo de água potável em atividades de higienização. A medida integra o planejamento das subprefeituras para otimização dos recursos hídricos nas operações de zeladoria, permitindo manutenção constante das ruas sem depender exclusivamente do abastecimento.

Desenvolver games I

A Prefeitura de São Paulo abriu 160 vagas gratuitas para um curso de formação em desenvolvimento de games. As inscrições podem ser feitas até 9 de setembro, pelo site da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPÁ). A formação terá 180 horas, duração de 12 meses e aulas presenciais semanais na região central da capital.

Desenvolver games II

O conteúdo do curso vai incluir criação de conceitos, narrativas, mecânicas, produção e apresentação de jogos, além de temas como animação, roteiro, áudio, distribuição e empreendedorismo. Podem participar pessoas com 16 anos ou mais, com Ensino Médio completo ou em andamento, preferencialmente moradores da cidade.



Comissão pretende ouvir dirigentes e conselheiros do Jockey de São Paulo

CPI do Jockey aprova oitivas para ouvir dirigentes

Comissão quer ouvir direção e conselho fiscal do Jockey Club paulista

Da **Redação**

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Jockey Club da Câmara de São Paulo aprovou, nesta terça-feira (11), novos requerimentos para ampliar a apuração sobre a situação fiscal e imobiliária da entidade. As medidas foram analisadas na primeira reunião do colegiado no segundo semestre de 2026.

Os requerimentos foram apresentados pelo presidente da comissão, vereador Gilberto Nascimento (PL), e preveem a participação de integrantes da direção e do conselho fiscal do Jockey Club. A intenção é obter esclarecimentos sobre aspectos financeiros e administrativos.

A CPI investiga a regularidade fiscal e imobiliária das atividades do Jockey Club de São Paulo, além da gestão de débitos tributários, da utilização e alienação de potencial construtivo e da atuação do Poder Público nos processos com o clube.

No primeiro semestre, a comissão realizou 12 reuniões e expediu 104 ofícios para solicitar documentos e informações. Também foram realizadas oitivas sobre contratos, prestações de contas e a destino de recursos. Entre os pontos analisados está a aplicação de recursos obtidos por meio da Transferência do Direito de Construir (TDC), mecanismo relacionado

à comercialização de potencial construtivo. Segundo balanço da Câmara, a comissão apura valores superiores a R\$ 60 milhões associados ao mecanismo e busca verificar a destinação dos recursos e sua relação com obras de restauro do patrimônio histórico do clube.

A situação financeira do Jockey também integra as investigações. Os vereadores solicitaram informações sobre passivos tributários, patrimônio, dívidas e formas de pagamento. A CPI ainda pediu dados a cartórios para verificar imóveis vinculados ao clube.

Outro eixo da apuração envolve a fiscalização realizada por órgãos municipais. Secretários, técnicos e representantes de áreas como urbanismo, cultura e patrimônio prestaram esclarecimentos sobre procedimentos, licenciamento de obras, aplicação de multas e acompanhamento de contratos.

Na reunião desta terça-feira, os requerimentos direcionam a investigação para representantes do Jockey Club. A comissão pretende ouvir dirigentes e conselheiros para confrontar informações obtidas durante a análise de documentos e depoimentos anteriores.

Ao final do encontro, Gilberto Nascimento afirmou que a comissão avalia nova prorrogação dos trabalhos.



Poder Legislativo está promovendo participação popular

Câmara abre consulta para sugestões ao orçamento da cidade

A Câmara Municipal recebe até 23 de agosto sugestões da população para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. A consulta pública reúne demandas dos moradores para subsidiar o relatório usado na elaboração do orçamento municipal. A LOA estima as receitas e fixa as despesas previstas para o próximo ano, e a população pode informar necessidades do cotidiano, apresentando propostas para áreas e serviços públicos. O preenchimento é feito on-line e está disponível no site da Casa (<https://www.campinas.sp.leg.br>). As contribuições serão tabuladas pelo Legislativo e incorporadas ao relatório final, que servirá de base para a discussão do orçamento. Teoricamente, a consulta permite que os moradores participem da definição das prioridades do próximo exercício.

Apresentação de demandas

Os resultados serão apresentados em audiência pública no sábado, dia 29 de agosto, às 10h, no Plenarinho Sala Sylvia Paschoal, na própria Câmara. A sessão terá transmissão ao vivo pelos canais de comunicação da Casa, incluindo pelo Youtube (<https://www.youtube.com/user/tvcamaracampinas>). A atividade permitirá apresentar as demandas reunidas e os dados que irão subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o próximo exercício.

GRUPO SANTA CAUSA



Capela fica no complexo da Santa Casa, no Cambuí de Campinas

150 anos da Capela da Boa Morte

A Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, no complexo da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, no Cambuí, completa 150 anos no próximo sábado (15). Para marcar a data, irmãos da entidade promoverão uma missa em ação de graças e, na sequência, uma comitiva até a Catedral Metropolitana de Campinas, no Centro, onde está sepultado Padre Vieira, conhecido como Vigarinho - fundador do hospital. A iniciativa busca recordar a trajetória da instituição e o legado do religioso.

Missão da Santa Casa

Segundo os organizadores, a programação também busca reunir os membros da Irmandade e reafirmar o compromisso com a missão da Santa Casa. Vieira fez questão de inaugurar a capela antes do hospital, em agosto de 1876, para somente meses depois, em outubro daquele mesmo ano, abrir as portas da Santa Casa e dar início ao atendimento aos doentes pobres.

PINGA-FOGO

Feirão do Refis

A Prefeitura realiza nos dias 20 e 21 de agosto o Feirão do Refis do ISSQN, para contribuintes que desejam negociar débitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. O atendimento será das 8h às 17h, no Porta Aberta do Paço Municipal, na avenida Anchieta, 200, no Centro, por ordem de chegada e sem agendamento.

100% de desconto

O programa permite a regularização com descontos de até 100% de juros e multas. As condições são aplicáveis a pagamentos à vista e parcelados. A adesão ao programa pode ser feita até 30 de setembro, e os pagamentos devem ser concluídos até dezembro. Durante o Feirão, contribuintes poderão esclarecer dúvidas e negociar os débitos presencialmente.

R\$ 68,6 milhões

Desde o início do Refis do ISSQN, em 5 de maio, até 10 de agosto, foram renegociados R\$ 187,7 milhões em débitos. A arrecadação chegou a R\$ 68,6 milhões no período. O programa também registrou 6.584 atendimentos pelo chat, entre interações com atendentes e respostas automatizadas, e 1.508 atendimentos presenciais.

Segmentos

O Refis contempla cerca de 200 atividades de prestação de serviços. Estão incluídos setores como saúde, educação, tecnologia, construção civil, turismo, serviços automotivos, consultorias e eventos. Atende desde pequenos empreendimentos até empresas de maior porte, e, fora do Feirão, o atendimento presencial é destinado a casos específicos.

Oportunidade

“O Feirão do Refis do ISS foi pensado para facilitar a vida do contribuinte. É uma oportunidade concreta para regularizar a situação com a Prefeitura, colocar as contas em dia e aproveitar as condições especiais do Refis”, declara o prefeito de Campinas Dário Saadi (Republicanos-SP)

Prazo

O secretário municipal de Finanças, Aurílio Caiado, destacou que “é importante ficar atento aos prazos” porque “a adesão termina em 30 de setembro e os pagamentos devem ser concluídos até dezembro”. Por isso, “quanto antes o contribuinte negociar, maior será a possibilidade de parcelamento”.



Pedreira e Duas Pontes terão capacidade conjunta de 85 bi de litros de água

Campinas inicia captação do Rio Jaguari em 2029 aliviando Atibaia

Nova fonte de água deverá responder por 2 mil litros de água por segundo

Da **Redação**

Campinas começará em 2029 a captar água do Rio Jaguari para reduzir a dependência do Rio Atibaia e ampliar a disponibilidade do abastecimento à população. A mudança será possível com a conclusão das barragens de Pedreira e Duas Pontes, segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Governo do Estado de São Paulo.

A nova captação permitirá que Campinas utilize até 2 mil litros de água por segundo do Jaguari. Atualmente, cerca de 95% da água distribuída no município é retirada do Rio Atibaia, com vazão de 4 mil litros por segundo. O restante é captado no Rio Capivari.

Ainda de acordo com o governo estadual, a transferência de parte da demanda para o Jaguari também deverá aumentar a disponibilidade de água no Atibaia para municípios localizados a jusante, como Sumaré, Hortolândia e Americana. A Sanasa (empresa de economia mista responsável pela captação, tratamento e distribuição de água potável, bem como pela coleta e tratamento de esgoto de Campinas) já obteve a pré-outorga para utilizar o novo manancial e prevê investir

R\$ 750 milhões no Sistema Produtor Campinas-Jaguari (SPCJ). O projeto inclui uma unidade de captação no rio, estação elevatória, adutora de sete quilômetros e a construção da Estação de Tratamento de Água 5 (ETA 5) no bairro Gargantilha. Também estão previstas uma subestação de energia e uma subadutora de 16 quilômetros para conectar a nova estrutura ao sistema de abastecimento.

A área onde será construída a ETA 5 foi adquirida pela Sanasa em 2023. A nova estrutura será ligada ao macrosistema de abastecimento na região do Campus 1 da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

As barragens de Pedreira e Duas Pontes terão capacidade conjunta de 85 bilhões de litros de água. O sistema atenderá 26 municípios das regiões metropolitanas de Campinas e de Jundiaí. Além de Campinas, Nova Odessa e Louveira terão estruturas para captar água dos rios Jaguari ou Camanducaia.

As obras das barragens foram retomadas no fim de 2024, após nova licitação. Os contratos anteriores foram encerrados em 2023 devido a atrasos na execução. As intervenções tinham previsão inicial de conclusão em 2020.

Prefeitura abre negociação de R\$ 4,8 bi em dívidas com até 85% de desconto

Segunda etapa do programa Concilia foi lançada nesta terça (11); juros, multas e débitos também poderão ser parcelados

Da Redação

A Prefeitura de Campinas lançou nesta terça-feira (11) a segunda etapa do Programa Concilia, que permite a negociação de cerca de R\$ 4,8 bilhões em dívidas inscritas na Dívida Ativa do município. Os contribuintes poderão ter descontos de até 85% sobre juros e multas e parcelar os débitos em até 60 vezes, conforme as condições previstas em cada edital.

O programa contempla principalmente dívidas de IPTU e prevê o recálculo dos valores pela taxa Selic. A adesão poderá ser feita a partir da segunda quinzena de setembro, de forma eletrônica, pelo Ambiente Exclusivo da Prefeitura.

Os dois editais que regulamentam a nova etapa serão publicados no Diário Oficial desta quinta-feira (13), mesma data prevista para o lançamento do hotsite do programa, com informações sobre as regras e formas de adesão.

Um dos editais é destinado



O prefeito Dário Saadi, no lançamento da segunda etapa do Programa Concilia

a pessoas físicas e jurídicas em geral e não estabelece limite de valor para a negociação. Nessa modalidade, os débitos poderão ser recalculados pela Selic, com desconto de até 75% sobre juros e multas e parcelamento em até 30 vezes. A outra modalidade é exclusiva para pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte. Poderão ser negociados débitos de até 2.270 UFICs (R\$ 11.574,73) por inscrição, respeitado o limite de 12.715 UFICs (R\$ 64.833,78) por contribuinte. O desconto sobre juros e multas poderá chegar a 85%, com pagamento em até 60 parcelas.

Na primeira etapa do Con-

cilia, a Prefeitura arrecadou R\$ 130 milhões. O lançamento da nova fase contou com a participação de representantes da Câmara Municipal, da OAB Campinas e de escritórios de advocacia da cidade.

Para o procurador-geral do Município, Roberto Martins Granja, o programa quebra burocracias e cria uma forma mais simples e efetiva de regularizar dívidas. “Com descontos de até 85%, o Município oferece uma oportunidade real de recuperação para o cidadão e, ao mesmo tempo, recupera recursos que retornam em benefício da própria população. É uma mudança de paradigma,

com mais simplicidade, efetividade e justiça para o contribuinte”, explicou.

“Estamos lançando um Concilia Campinas mais favorável, que promove justiça fiscal ao corrigir valores, oferecer descontos e facilitar o pagamento das dívidas. Queremos que o contribuinte tenha condições reais de regularizar sua situação e, ao mesmo tempo, garantir uma cobrança justa dos impostos”, disse o prefeito Dário Saadi.

Um dos exemplos apresentados durante o lançamento foi o de uma dívida com vencimento em 2015. O débito, que tinha valor original de

R\$ 24.483,65, chegou a R\$ 104.134,12 com a incidência de juros e multas. Com a aplicação das regras do Concilia Campinas e o pagamento à vista, o valor para negociação passou a R\$ 31.745,36.

A partir desta quinta-feira (13) os contribuintes que tiverem dúvidas poderão acessar o hotsite do programa: campinas.sp.gov.br/sites/concilia. Outra ação contemplada são as discussões sobre valor venal de imóveis. Os contribuintes que discutem débitos de IPTU na Justiça e já têm decisões favoráveis podem regularizar a situação diretamente com a Prefeitura.

Unicamp dá 30 dias para retirada de bens e animais da Fazenda Argentina

Da Redação

A Unicamp publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo desta sexta-feira (7), o Edital de Convocação nº 1/2026, destinado aos proprietários ou responsáveis por bens e animais existentes nas dependências da Fazenda Argentina, área destinada à implantação do novo campus da Universidade. O prazo para a retirada é de 30 dias corridos, contados a partir da publicação do edital.

A convocação tem como objetivos a preservação do patrimônio público, a segurança

da comunidade universitária e a adequada gestão das áreas pertencentes à Universidade. Os interessados deverão providenciar, por conta própria, a retirada dos bens e animais dentro do prazo. Para realizar a retirada, é necessário fazer um agendamento prévio com a equipe técnica da Universidade pelo telefone (19) 3521-2149 ou pelo e-mail hids@unicamp.br. No atendimento, serão fornecidas orientações sobre os procedimentos necessários e o acesso à área.

Na data agendada, o interessado deverá apresentar



Convocação: proprietários devem retirar bens e animais da Fazenda Argentina

documento de identificação e documentos ou outros meios considerados aptos a demonstrar, exclusivamente para fins administrativos, a propriedade ou a posse legítima dos bens ou animais. A análise realizada pela Unicamp não representa

reconhecimento definitivo da propriedade ou da posse perante terceiros.

Caso os elementos apresentados sejam considerados suficientes, a retirada será formalizada por meio da assinatura do Termo de Retirada de Bens ou

Semoventes. Em caso de dúvida sobre a propriedade ou posse legítima, ou se houver mais de um interessado em relação ao mesmo bem ou animal, a retirada ficará suspensa até que sejam apresentados elementos suficientes para solucionar a controvérsia ou seja apresentada decisão da autoridade competente. O edital ressalta que essa relação corresponde ao levantamento realizado pela equipe técnica da Universidade na data de sua elaboração e pode sofrer alterações. A ausência de manifestação ou a não retirada dentro dos 30 dias estabelecidos caracterizará, para fins legais e administrativos, situação de abandono. Nesses casos, a Unicamp poderá adotar as medidas cabíveis e dar aos itens a destinação adequada.

As informações são do Portal Unicamp

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SUMARÉ



Município concentrou 29,1% dos novos empreendimentos registrados

Sumaré lidera abertura de empresas na Região do Polo Têxtil

Sumaré liderou a abertura de empresas na Região do Polo Têxtil entre janeiro e julho de 2026, com 6.844 novos negócios, o equivalente a 29,1% do total regional, segundo dados da Prefeitura com base na Receita Federal. Ao todo, os cinco municípios da RPT somaram 23.522 empresas no período. O desempenho se manteve em julho, com 947 novos registros. Na sequência aparecem Hortolândia (6.131), Americana (5.442), Santa Bárbara d'Oeste (3.709) e Nova Odessa (1.396). O setor de Serviços lidera, com 66,5% das aberturas, seguido por Comércio, Indústria e Construção Civil. Os MEIs representam 85,4% dos registros em Sumaré, reforçando o protagonismo dos pequenos negócios e a continuidade da formalização no município ao longo de 2026, com ambiente favorável ao empreendedorismo.

UBS Vila Gallo enfrenta gargalo no atendimento

A vereadora Jacira Chávare (Republicanos) cobrou da Prefeitura de Americana a conclusão do estudo técnico que avalia a redistribuição de atendimentos da UBS Vila Gallo, unidade que enfrenta sobrecarga. Em requerimento, ela pede informações sobre o andamento da análise, prazo de conclusão e possíveis medidas para reduzir a demanda, como o remanejamento de pacientes para outras UBS. O documento será votado em sessão e encaminhado ao Executivo para resposta oficial.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE AMERICANA



Vereadora Jacira Chávare cobra medidas para reduzir a sobrecarga

Vereador questiona atendimento a jovem com AVC

O vereador Paulo Monaro protocolou requerimento à Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste pedindo informações sobre o atendimento prestado à jovem Ana Clara Curiel Zanola, de 17 anos, no Pronto-Socorro Dr. Afonso Ramos. Segundo o documento, ela procurou a unidade em 16 de julho com dores na nuca, formigamento e perda de movimentos, teve alta e, após nova avaliação, uma tomografia indicou AVC hemorrágico. A paciente foi transferida para a Unicamp, passou por cirurgia, ficou 21 dias na UTI e segue em recuperação.

Vereador propõe comitê para crise hídrica

O vereador Gibi Professor sugeriu a criação do Comitê Municipal de Gestão da Crise Hídrica em Paulínia, para acompanhar e monitorar o abastecimento de água. A proposta considera a localização do município nas bacias PCJ, sujeitas a estiagens. O grupo também prevê integração entre poder público e sociedade. O parlamentar ainda defende programa oftalmológico e pronto atendimento exclusivo para idosos.

Centro de Oncologia

O vereador Anderson Henrique (MDB) propôs a criação de um Centro de Oncologia em Paulínia para ampliar o atendimento a pacientes com câncer. A ideia é reduzir deslocamentos e oferecer acompanhamento especializado. A unidade poderá ter equipe multidisciplinar e cuidados paliativos. O parlamentar também pediu a revitalização do cemitério central.

Educação 2027

Americana abre, de 1º a 18 de setembro, as inscrições para novos alunos da rede pública em 2027. O cadastro é voltado a quem não tem matrícula ativa, incluindo estudantes da rede privada ou de fora do estado. As vagas são para Ensino Fundamental e EJA, com inscrição presencial nas escolas mediante apresentação de documentos e comprovante de endereço.

Imóveis irregulares

Representantes do CREA-SP se reuniram com a Prefeitura de Monte Mor para reforçar a fiscalização contra imóveis irregulares, com foco nas áreas rurais. A ação busca coibir a venda ilegal de terrenos e evitar prejuízos. A orientação é verificar a regularização antes da compra. Denúncias podem ser feitas pelos canais do Conselho.

Hemograma veterinário

A vereadora Roberta Lima (PRD) sugeriu à Prefeitura de Americana a aquisição de um equipamento de hemograma veterinário para o CCZ. Segundo a parlamentar, o exame é essencial para diagnósticos e avaliação pré-operatória. Com o equipamento, o atendimento seria mais ágil e seguro, com melhor acompanhamento dos animais.

ONG Cabelegria

Pacientes com câncer poderão receber perucas gratuitas em 14 de setembro, em ação da Unacon com a ONG Cabelegria. O atendimento será das 9h às 15h. É preciso pré-inscrição até 10/09 via WhatsApp e apresentação de documentos e laudo médico. Também haverá arrecadação de cabelo para doação, ampliando o alcance da iniciativa.

LED nas avenidas

O vereador Tiago de Paula (PL) pediu estudos para troca da iluminação por LED nas avenidas Otávio Tasca, dos Pinheiros e Ana Lombardi Gasparini, em Vinhedo. As vias têm grande fluxo e ainda contam com luminárias convencionais. A proposta busca melhorar a visibilidade, a segurança e a eficiência energética, além de reduzir custos de manutenção.



Refinaria de Paulínia teve alta de 12,9% e reforço de investimentos bilionários

Replan bate recorde semestral histórico em Paulínia

Maior refinaria da Petrobras atinge 12,8 milhões de m³ no 1º semestre

Da Redação

A Refinaria de Paulínia (Replan), maior unidade de refino da Petrobras, registrou o maior volume de produção de derivados de petróleo para o primeiro semestre desde o início da série histórica, em 2000. Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam que, entre janeiro e junho de 2026, foram produzidos 12,8 milhões de metros cúbicos, resultado 12,9% superior ao mesmo período de 2025 e acima do recorde anterior, de 2015, com 12,3 milhões de m³.

O desempenho reforça o papel estratégico da refinaria no abastecimento nacional. A Replan responde por cerca de 30% do mercado brasileiro de combustíveis, com distribuição para o interior de São Paulo, Sul de Minas, Centro-Oeste e parte da região Norte, e tem capacidade de processar até 69 mil metros cúbicos de petróleo por dia, o equivalente a 434 mil barris.

Entre os derivados, o diesel segue como principal produto. No primeiro semestre, a produção alcançou 5,748 bilhões de litros, alta de 21,3% na comparação anual, ficando abaixo apenas do volume registrado em 2015. O resultado

acompanha o aumento da demanda e estratégias adotadas pela Petrobras diante de cenários internacionais, como a instabilidade no Oriente Médio, que impulsionaram a produção própria.

O recorde ocorre em meio a um plano de investimentos robusto. A Petrobras prevê cerca de R\$ 6 bilhões para a refinaria nos próximos anos, incluindo a expansão da capacidade de refino em aproximadamente 5%, com conclusão prevista até 2027, além da adoção de tecnologias mais eficientes e produção de combustíveis com menor impacto ambiental.

Parte do avanço já é resultado da entrada em operação, em 2025, da Unidade de Hidrotratamento de Diesel (HDT-D), que elevou a produção de diesel S-10 e aumentou a eficiência operacional. Com capacidade de até 63 mil barris por dia, a unidade contribui para os números recordes registrados neste ano.

Com estrutura ampliada e investimentos em curso, a Replan segue como peça-chave para a segurança energética do país, além de impulsionar a economia regional com geração de empregos, fortalecimento da cadeia produtiva e aumento da arrecadação em Paulínia e região.



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE TIETÊ

A decisão é referente a ação civil do Ministério Público

Liminar exige interrupção de esgoto em rios na cidade de Tietê

A Justiça determinou, em caráter liminar, que a Prefeitura de Tietê e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) interrompam imediatamente o lançamento de esgoto sem tratamento em cursos d’água da bacia do Rio Tietê. A decisão atende a uma ação civil pública do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que apontou um cenário persistente de degradação ambiental no município. De acordo com a ação, fiscalizações da CETESB, da ARES-PCJ e laudos técnicos identificaram falhas estruturais em estações de tratamento e elevatórias, extravasamentos recorrentes e descumprimento de exigências ambientais. Além da suspensão imediata dos lançamentos irregulares, a decisão obriga o município e o SAMAE a adotar medidas emergenciais para corrigir falhas operacionais.

Exposição no Paço Municipal de Itu

A Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Itu iniciou, nesta terça-feira, 11 de agosto, a exposição “Itu: Memória do Coração que Cabe na Mão”, no Saguão do Paço Municipal, com o objetivo de apresentar uma releitura de objetos que são patrimônio histórico e cultural da cidade. O projeto foi feito em parceria com os alunos de Arquitetura e Urbanismo da CEUNSP. A exposição está aberta ao público para visitação das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira.



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE ITU

Maquetes trazem referências de edifícios históricos da cidade

Campanha Multivacinação segue em Salto

A Secretaria Municipal de Saúde de Salto realiza a Campanha de Multivacinação 2026 até o dia 31 de agosto, em todas as UBS da cidade. Cada unidade dispõe de um horário de funcionamento e conta com todas as vacinas disponíveis no Calendário Nacional de Vacinação. A imunização ocorre de segunda à sexta-feira. A Secretaria pede que a população apresente um documento com foto, cartão do SUS e a caderneta de vacinação.

Curso de capacitação gratuita em Boituva

O Sindicato Rural de Boituva vai fornecer, em parceria com a FAESP e o SENAR-SP, um curso gratuito entre os dias 19 e 20 de agosto, das 8h às 17h. O programa conta com o tema Canais de Distribuição e é destinado à maiores de 16 anos que desejam expandir seus negócios. Serão disponibilizados café da manhã, almoço e jantar aos participantes. Para mais informações, o telefone é o (15) 99127-8763.

Serviço Suspenso

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura de Mairinque informou que vai suspender temporariamente as atividades do Sebrae Aqui, no dia 21 de agosto, para realização de melhorias nos serviços e novos treinamentos com a equipe. O atendimento vai retornar normalmente no dia 22 de agosto.

Vacinação em Sorocaba

A Secretaria de Saúde da Prefeitura de Sorocaba vai realizar no sábado, dia 22 de agosto, das 10h às 16h, o Dia D de multivacinação em 27 UBS da Cidade, com o objetivo de atualizar as carteiras de vacinação de crianças e adolescentes de até 15 anos. É necessário estar acompanhado dos pais ou responsáveis e levar documento com foto.

Disque-Denúncia

Foi aprovada na 45ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sorocaba o Projeto de Lei que altera a Lei Municipal de Política de Prevenção à Violência Contra os Educadores do Magistério Público (PPVEM), adicionando um Disque-Denúncia e ajustando os termos e expressões da legislação, os adequando à terminologia proposta pelo ECA.

Transporte em Tietê

A Prefeitura Municipal de Tietê vai mudar a rota do transporte coletivo no Bairro Povo Feliz a partir da próxima segunda-feira, dia 17 de agosto. Segundo o Executivo, o trajeto vai sair da Avenida das Seringueiras e tem como destino final a Avenida José Vidoto. O percurso busca ser mais acessível para a população local.

Padre excomungado

A Diocese de Jundiá divulgou, na última semana, em nota pastoral do bispo Arnaldo Carneiro Neto, que excomungou o Padre Rodrigo de Oliveira da Silva, após aderir à Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX). Segundo a Diocese, a organização não integra à Igreja Católica e desobedece as ordens do Papa Leão XIV.

Obras de duplicação

As obras de duplicação da Rodovia Lívio Tagliassachi avançam para uma nova etapa nesta semana, com a necessidade de bloqueios temporários no trecho entre Araçariguama e São Roque. A intervenção começou na segunda (10) e segue até sexta-feira (14). A Concessionária realizará o desmonte de rochas na pista.



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SOROCABA

Projeto foi promulgado pela Câmara Municipal de Sorocaba

Sorocaba aprova lei contra menores em Parada LGBTQIA+

Descumprimento acarretará multa aos pais e organizadores do evento

Da **Redação**

A Câmara Municipal de Sorocaba promulgou a Lei nº 13.574, de 4 de agosto de 2026, que proíbe a participação de crianças e adolescentes menores de 18 anos nos desfiles relacionados à Parada do Orgulho LGBTQIA+ realizados no município. Segundo a lei, o descumprimento da medida acarretará multa de R\$ 10 mil aos organizadores e de R\$ 5 mil aos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente. Em caso de reincidência, os valores serão dobrados.

Se houver nova infração, o texto prevê a cassação do alvará para a realização do evento. Os recursos arrecadados com as penalidades serão destinados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

A lei determina ainda que, caso seja constatada a presença de menores de idade nos desfiles, a situação deverá ser comunicada imediatamente ao Conselho Tutelar e à Delegacia de Polícia da Infância e Juventude de Sorocaba.

A medida tem como fundamento dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente os artigos 74 e seguintes, voltados à proteção de crianças e adolescentes.

O projeto que deu origem à norma é de autoria da vereadora Tatiane Costa (PL) e tramitava na Câmara desde fevereiro de 2025. Durante a análise da proposta, a Comissão de Justiça do Legislativo emitiu parecer apontando a inconstitucionalidade do texto. Apesar disso, o parecer foi derrubado pelos vereadores em plenário, permitindo a aprovação da matéria.

OAB QUESTIONA

A proposta também foi alvo de questionamentos por parte da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Sorocaba, que contestou tanto a constitucionalidade quanto a justificativa apresentada para a iniciativa.

Em meio à repercussão do projeto, a vereadora chegou a anunciar a realização de uma audiência pública para debater o tema.

Mesmo após a promulgação da nova legislação, a organização da 19ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Sorocaba informou que o evento está mantido e ocorrerá no dia 30 de agosto. A realização da parada acontece em meio às discussões sobre os impactos e a aplicação da nova norma no município.

CORREIO
ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



FUP defende transição energética gradual e justa

Petroleiros pedem Petrobras mais estatal e menor repasse

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) divulgou, nesta terça-feira (11), 50 propostas para o setor de óleo e gás no Brasil e para transição energética. A instituição pede o fortalecimento do papel da Petrobras, o aumento do controle estatal sobre a companhia, assim como a reestatização de refinarias e a redução de dividendos pagos aos acionistas da petroleira. Reunidos na FUP, os trabalhadores defendem, entre outras medidas, o retorno à obrigatoriedade da Petrobras como operadora única no regime de partilha em áreas do pré-sal brasileiro, conforme previsto originalmente na Lei nº 12.351 de 2010. A legislação original previa que a Petrobras teria, no mínimo, 30% de cada campo, sendo a responsável por conduzir os consórcios formados com outras companhias privadas.

INPC registra deflação em julho

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção anual de salários, fechou julho com deflação de 0,01%. No acumulado de 12 meses, o indicador está em 4,1%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A última vez em que o INPC registrou deflação foi em agosto de 2025 (-0,21%). No ano de 2026, o índice acumula alta de 3,5%.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Índice é utilizado para calcular reajuste anual de salários

Brasileiros têm mais de R\$ 5,1 bi esquecidos

Valores divulgados nesta terça-feira (11) pelo Banco Central (BC) mostram que há mais de R\$ 5,12 bilhões esquecidos em instituições financeiras brasileiras. Desse total, R\$ 3,76 bilhões pertencem a cerca de 22,66 milhões de pessoas físicas, e R\$ 1,35 bilhão a 2 milhões de pessoas jurídicas, de acordo com informações do Sistema Valores a Receber (SVR). Segundo o BC, dos mais de R\$ 20,93 bilhões que estavam esquecidos em instituições financeiras como bancos e consórcios, R\$ 15,81 bilhões foram sacados.

Em maio, foram retirados R\$ 427 milhões

Dos valores já devolvidos, R\$ 11,65 bilhões tiveram como destino 38,73 milhões de pessoas físicas, enquanto R\$ 4,15 bilhões foram destinados a 4,7 milhões de pessoas jurídicas. Os brasileiros sacaram, em junho, R\$ 340 milhões em valores esquecidos por clientes bancários no sistema financeiro. Em maio, foram retirados R\$ 427 milhões, valor ligeiramente inferior aos R\$ 483 milhões devolvidos em abril.

Produção de motos I

A indústria brasileira de motocicletas bateu recorde e alcançou o maior volume de produção para um mês de julho de sua história. Segundo balanço de terça (11) pela Abraciclo, 190.794 motocicletas foram produzidas em julho no Polo Industrial de Manaus, representando aumento de 36% em relação a julho de 2025 o e 45,8% ante junho.

Produção de motos II

Considerando-se o acumulado entre janeiro e julho deste ano, o setor também alcançou o seu melhor resultado desde 2008, com a produção de 1.254.191 motocicletas. “O desempenho registrado em julho reforça a trajetória positiva do nosso setor ao longo de 2026”, disse Marcos Bento, presidente da Abraciclo.

Inflação recua em julho I

Os alimentos ficaram mais baratos no mês de julho e ajudaram a inflação oficial a perder força pelo quarto mês seguido e fechar em 0,07%. O resultado faz o IPCA acumular 4,44% em 12 meses, trazendo o indicador de volta para a meta do governo. O IPCA de julho veio em linha com a estimativa do mercado financeiro.

Inflação recua em julho II

O boletim Focus desta segunda-feira (10), sondagem do Banco Central (BC) com instituições econômicas, projetava que a inflação de julho ficaria em 0,07%. Para o fim de 2026, o mercado espera IPCA em 5,02%. O comportamento dos preços fez com que o acumulado de 12 meses (4,44%) entrasse novamente na meta do governo.

Custos da cesta básica I

O preço pago pelo conjunto dos alimentos básicos apresentou queda em 26 capitais brasileiras em julho. Os dados estão na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e divulgada na segunda.

Custos da cesta básica II

Na comparação entre julho e junho deste ano, as maiores reduções ocorreram em Natal (-7,95%), Maceió (-7,87%), Belo Horizonte (-7,44%), Palmas (-7,38%) e Rio de Janeiro (-7,12%). Em Brasília, João Pessoa, Salvador, Fortaleza, Florianópolis e Cuiabá, a diminuição registrada ficou entre 6,71% e 6,04%.



Apesar do corte dos juros, o comitê afirma que o cenário exige prudência

BC aponta desaceleração da inflação, mas mantém alerta

Para Copom, redução da Selic busca convergência para centro da meta

Da Redação

A ata da reunião em que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa básica de juros (Selic) para 14% ao ano mostra que a decisão foi tomada em um ambiente de desaceleração da inflação, mas ainda marcado por incertezas.

As expectativas inflacionárias, segundo o documento divulgado pelo Banco Central na terça (11), permanecem elevadas em um cenário de riscos. O comitê avalia que a redução da taxa Selic é “compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta”.

Na avaliação, a instituição ressalta ainda que, além de contribuir para a estabilidade de preços, a decisão ajuda a atenuar oscilações da atividade econômica e favorece o pleno emprego.

Apesar do corte dos juros, o comitê afirma que o cenário exige prudência. A ata conclui que a política monetária vem contribuindo de forma importante para o processo de desinflação, mas destaca que a inflação continua pressionada pela demanda.

Por isso, o Banco Central entende que os juros ainda precisam permanecer em nível restritivo.

No cenário de referência

usado pelo Banco Central, a trajetória dos juros considera as projeções do Boletim Focus. Já a taxa de câmbio parte de R\$ 5,10 por dólar e evolui de acordo com a paridade do poder de compra.

O documento registra que a inflação ao consumidor desacelerou nas leituras mais recentes, mas continua acima do limite superior da meta.

Já os preços ao produtor apresentaram recuo, influenciados principalmente pelo comportamento da indústria extrativa, responsável pela obtenção de recursos naturais, como minérios, petróleo, gás natural e carvão.

Os diretores alertam que o crescimento do crédito direcionado e as incertezas em relação à estabilização da dívida pública têm potencial para pressionar as taxas de juros da economia.

Com relação ao cenário internacional, a ata avalia que as incertezas permanecem elevadas. Entre os fatores de preocupação estão os desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio e as dúvidas em relação à condução da política monetária em economias avançadas.

O comitê vê um ambiente marcado pela volatilidade nos preços de ativos financeiros e commodities.

MARCELO MARAGNI/ RED BULL CONTENT POOL



Carrinhos sem motor vão voltar a descer as ruas de São Paulo em 2026

Red Bull Ladeira Abaixo confirma edição 2026 em São Paulo

Tradicional evento da marca de energético, que mistura criatividade com esportes radicais, o Red Bull Ladeira Abaixo volta ao Brasil em 2026 para uma edição com temática “Geek”.

O evento será realizado novamente em São Paulo capital, na Avenida Pompeia, no domingo, dia 15 de novembro.

A largada acontecerá na Avenida Pompeia, com percurso que descerá pelas ruas Estevão Barbosa, Afonso Bovero e Guiara. No total, 40 equipes selecionadas vão descer a ladeira com carrinhos sem motor cheios de personalidade, inspirados nas principais franquias da Cultura Pop mundial, prontos para colocar São Paulo ladeira abaixo mais uma vez.

Todos os carrinhos dos competidores, com seus conceitos, equipes e cidades de origem, já podem ser conhecidos no site oficial da Red Bull.

Capital mundial das corridas em novembro

O Red Bull Ladeira Abaixo 2026 Edição Geek acontecerá exatamente uma semana depois do GP de Interlagos de Fórmula 1, que levará fãs da mais nobre categoria do automobilismo para a capital paulista. Não é exagero dizer que São Paulo será a capital mundial das corridas na primeira quinzena de Novembro. Os torcedores da Red Bull poderão ver Max Verstappen e Isack Hadjar em Interlagos no primeiro fim de semana do mês, e depois curtir os corredores mais malucos e criativos do país no dia 15 de novembro.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



GP de Interlagos será realizado uma semana antes do Ladeira Abaixo

Segunda edição consecutiva com temática Geek

Esta será a nona edição do Red Bull Ladeira Abaixo no Brasil, que soma mais de 150 etapas ao redor do mundo, e também a segunda edição consecutiva com a temática Geek na cidade. Em 2024, a primeira edição Geek reuniu 45 mil pessoas nas ruas de São Paulo, e a expectativa é que a Avenida Pompeia receba um grande público para acompanhar de perto a criatividade e a irreverência que já são marcas da competição. Para comandar o evento, os hosts Fred Bruno e Sofia Miranda assumem a apresentação, com transmissão ao vivo pela ge tv.

Carros inspirados em franquias famosas

Nesta edição, haverá carrinhos tematizados com inspirações nas franquias “Carros”, “Monstros S.A.” e “Divertida Mente”, da Pixar, de “Como Treinar o Seu Dragão”, da DreamWorks, e muitos mais. O acesso ao evento será por meio de retirada de ingressos, e a entrada está sujeita à lotação do local. Mais informações e programação completa serão divulgadas em breve pelos canais oficiais da Red Bull.

Na mira de Ancelotti I

A partir das 21h30 desta quarta (12), a bola rola para Cruzeiro x Flamengo, em Minas Gerais, pelo jogo de ida das oitavas de final da Libertadores da América. Uma dupla muito especial estará presente no Mineirão para acompanhar o jogo: o analista de desempenho Thomaz Araújo e o preparador físico Cristiano Nunes, membros da comissão de Carlo Ancelotti.

Na mira de Ancelotti II

A dupla estará no estádio para acompanhar jogadores de confiança do técnico, como Lucas Paquetá, Fabrício Bruno e Leo Pereira, e também monitorar os atletas considerados “selecionáveis”, como os atacantes Kaio Jorge e Pedro, além do meio-campista Matheus Pereira, grande craque do atual elenco do Cabuloso.

Sem reforços na Sula

O Vasco confirmou as contratações do volante Santiago Sosa, do Racing, da Argentina, e do atacante Facundo Colidio, que chega do River Plate, também da Argentina. Porém, a diretoria confirmou que não conseguiu inscrever os reforços a tempo na Copa Sul-Americana. Dessa forma, a dupla só jogará a Sula caso o Vasco elimine o Olimpia nas oitavas de final.

Pedrinho responde Bap

Após o sorteio dos jogos das quartas da Copa do Brasil, o presidente do Vasco, Pedrinho, respondeu às recentes acusações sobre a possível venda da SAF cruzmaltina. A gente está seguindo a risca todos os processos. Os que falam besteira sem saber, eles são contraditórios porque a própria história de vida e de gestão deles cai em contradição com o que eles falam”, afirmou.

Resposta direta

“Eles têm que se preocupar com os clubes deles e não com o Vasco. O Vasco já tem muito problema e eu tenho problema para cuidar para ficar dando ouvido para presidente que quer se meter em coisas que não são do seu clube. E eu estou falando diretamente sobre o Bap, porque ele tem uma paixão louca pelo Vasco. Eu estou começando a achar que ele é vascaíno”, disse.

Futuro no Botafogo

O presidente do Botafogo, João Paulo Magalhães Lins, deu entrevista ao jornalista Jorge Nicola, em que rechaçou a venda do volante Danilo para o futebol europeu e afirmou que “o futuro dele está no Botafogo”. Lins deu a entender que a prioridade da nova gestão, com apoio da futura SAF, é manter o volante do elenco alvinegro.



Clássicos estaduais definirão três dos quatro semifinalistas da Copa do Brasil

Copa do Brasil terá clássicos estaduais nas quartas de final

Exceção foi Vasco e Vitória, único confronto interestadual do mata-mata

Por **Pedro Sobreiro**

A manhã desta terça-feira (11) foi agitada para os oito times restantes na Copa do Brasil de 2026. O sorteio dos confrontos das quartas de final foi realizado na sede da CBF, na Barra da Tijuca, Zona Sudoeste do Rio de Janeiro, e ficou marcado por um acontecimento estatístico raríssimo: praticamente todas as partidas serão definidas em clássicos estaduais.

Dessa forma, o sorteio definiu que Grêmio e Internacional (jogo de volta na Arena do Grêmio), Palmeiras e Santos (jogo de volta na Vila Belmiro), Cruzeiro e Atlético-MG (jogo de volta na Arena MRV), e Vasco e Vitória (jogo de volta no Barradão) definirão os próximos semifinalistas da competição mais democrática do Brasil.

Os jogos de ida das quartas de final estão previstos para os dias 26 e 27 de agosto, e os jogos de volta, para os dias 2 e 3 de setembro.

IMPEDIMENTO SEMIAUTOMÁTICO

A novidade da vez é que os confrontos contarão com a participação da tecnologia do impedimento semiautomático, o mesmo que vem sendo utilizado no Campeonato Brasileiro nas últimas rodadas.

“O impedimento semiautomático, a exemplo do que já está acontecendo no Brasileiro, chega agora à Copa do Brasil. São pouquíssimas as ligas no mundo que contam com essa tecnologia. Inovação essa que a gente trouxe imediatamente após a Copa do Mundo, e agora sendo implementada para essa fase da Copa do Brasil”, disse Julio Avellar, diretor de competições da CBF.

ANOMALIA ESTATÍSTICA

Os confrontos sorteados surpreenderam os fanáticos do mundo da bola, porque as chances dessa configuração de duelos acontecer, trazendo todos os clássicos estaduais disponíveis, eram mínimas. Praticamente uma anomalia estatística.

Nesse cenário, eram projetadas 105 possibilidades de combinações diferentes de resultados.

O cenário ocorrido tinha menos de 1% de chance de acontecer (0.95%), dando início a quartas de final que já nascem históricas.

O vencedor de GreNal enfrentará o vencedor do clássico mineiro nas semifinais, enquanto o vencedor do Clássico da Saudade enfrentará Vasco ou Vitória nas semifinais. Promessa de fortes emoções!

CORREIO
NO MUNDO

SZILÁRD KOSZTICSÁK/MTI



Parlamento húngaro elege ex-juiz da Suprema Corte András Baka

Magyar avança no expurgo da era Orbán com presidente na Hungria

Destituído por Viktor Orbán do Supremo Tribunal da Hungria em 2011, o jurista András Baka foi eleito presidente do país nesta terça-feira (11), em Budapeste, dias após ser indicado ao cargo pelo primeiro-ministro, Péter Magyar. Devolver à esfera pública uma das primeiras vozes que se levantou, na década passada, contra a “democracia iliberal” do antecessor, eufemismo para autocracia, é um gesto significativo para Magyar. Desde que tomou posse, em maio, após vitória expressiva nas urnas, o premiê não tem economizado no expurgo que promove nos diversos estamentos do poder na Hungria. Magyar já derrubou transmissões da TV pública, instrumentalizada pelo antecessor, limitou mandatos de parlamentares e baixou a idade de aposentadoria de juizes, entre outros atos, apoiado pela maioria constitucional que obteve nas urnas com seu partido, Tisza.

Ritmo é criticado pela Anistia Internacional

O ritmo das mudanças é criticado não só pelo Fidesz, legenda de Orbán, mas também por entidades como a Anistia Internacional, que temem que os ritos democráticos, como processos de consulta e regimentos, estejam sendo ignorados pelo caminho. Nesta terça, o Fidesz ignorou a eleição de Baka, no Parlamento, alegando que Tamás Sulyok, o presidente anterior, foi destituído de maneira “arbitrária e ilegítima”. Logo que assumiu o poder, Magyar pediu a renúncia de Sulyok, afirmando que o então chefe de Estado era um “fantoche” de Orbán.

PHILIPPE BUISSIN/UNIÃO EUROPEIA



Viktor Orbán passou 16 anos sofrendo sanções da União Europeia

Determinaram um mandato-tampão

Sulyok recusou, e o Parlamento elaborou e votou às pressas uma emenda que forçava sua saída e determinava um mandato-tampão até a confecção de uma nova Constituição. Promessa de campanha de Magyar, o texto conterà a previsão de eleições presidenciais diretas. Baka, 73, foi destituído do cargo de presidente da Kúria, o Supremo Tribunal do país, em 2011, após criticar as reformas judiciais do então governo de Orbán. Com a ascensão do Fidesz ao poder, em 2010, o projeto de reformulação das estruturas do Estado húngaro começou pelo Poder Judiciário.

Mais de 15 anos sofrendo sanções

A Hungria chegou a ser repreendida pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, mas sem efeito prático. Orbán passou 16 anos no poder convivendo com sanções da União Europeia. Em discurso no Parlamento, logo após a posse, Baka afirmou que, durante o mandato de Orbán, “um único partido tomou conta do Estado”, e os poderes não estavam separados.

Por José Henrique Mariante (Folhapress)

224 mortos na Colômbia

O número de mortos devido ao terremoto que atingiu a Colômbia nesta segunda (10) subiu para 224 nesta terça-feira (11). O novo balanço foi divulgado pelo governo do presidente Abelardo de la Espriella. A contagem anterior contabilizava 132 mortos. Grande parte das mortes se concentra na região metropolitana de Pereira; Cali também sofreu graves danos.

Apoio vindo dos EUA

Equipes de resgate trabalharam durante toda a madrugada e seguem buscando por sobreviventes entre os escombros dos prédios nesta terça. Os Estados Unidos, cujo governo de Donald Trump é aliado de Espriella, ofereceram uma ajuda de US\$ 15,5 milhões (cerca de R\$ 80 milhões) para lidar com a emergência.

Brasil pode auxiliar

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a União Europeia pôs à disposição seu serviço de satélite Copernicus para as operações de resgate. Israel, México, Chile, Argentina e El Salvador também ofereceram ajuda. Em nota nesta segunda, o presidente Lula afirmou que o Brasil pode auxiliar o vizinho, sem dar detalhes.

Papa se manifesta

O papa Leão 14, fortemente ligado aos povos da América do Sul, também se manifestou nesta terça, afirmando estar “profundamente consternado ao tomar conhecimento da dolorosa notícia do terremoto que afetou gravemente várias regiões da Colômbia, segundo mensagem enviada à Conferência Episcopal da Colômbia.

Regiões afetadas

O tremor, com epicentro em Chocó, na costa do Pacífico, foi sentido em Bogotá, Medellín e Cali, entre as maiores do país, e na região da fronteira com a Venezuela, além de regiões do Equador e do Panamá, segundo o Serviço Geológico Colombiano. Locais registraram o tremor em vídeos, publicados nas redes sociais, que mostram edifícios caindo.

Eixo Cafeeiro

A zona mais atingida foi a região do Eixo Cafeeiro, importante produtor mundial de café, e locais como a região metropolitana de Pereira e a cidade de Manizales, que viveu drama semelhante em 1999, quando mais de 1.100 morreram em outro terremoto. A Colômbia fica próxima do encontro entre as placas tectônicas: Sul-Americana, Nazca e a do Caribe.



U.S. NAVY/ MC3 CLINT DAVIS

Teerã exige que Trump aceite suas condições para reabrir Hormuz

EUA atacam com mísseis navio perto do Irã, e houthis matam 4

Violência nas águas do Oriente Médio volta a escalar em meio a impasses

Por Igor Gielow (Folhapress)

A violência voltou a escalar nesta terça-feira (11) nas águas do Oriente Médio. Os Estados Unidos dispararam dois mísseis contra um navio que furou seu bloqueio ao Irã, e rebeldes pró-Teerã do Iêmen mataram quatro marinheiros em uma embarcação no mar Vermelho.

Os incidentes ocorreram em meio ao impasse diplomático vivido na região entre o governo de Donald Trump, que voltou a fazer ameaças aos iranianos, e a teocracia, em torno de um acordo para pôr fim à guerra iniciada por EUA e Israel no fim de fevereiro.

O mercado de petróleo reagiu mal, com o barril de contratos futuros subindo e ficando acima dos US\$ 90 pela primeira vez neste agosto.

O primeiro episódio ocorreu no estreito de Bab el-Mandeb, que liga o mar Vermelho ao oceano Índico. Os rebeldes houthis, apoiados pelo Irã, dizem ter bloqueado a passagem para navios indo e vindo de portos de sua rival Arábia Saudita.

Um pequeno navio de carga egípcio, o Tihamah, drones atingiram, segundo o governo iemenita deposto da capital do país em 2014 pelos houthis. Os rebeldes só confirmaram a ação mais tarde, mas disseram que a embarcação, na verdade, levava armas para os sauditas.

Essas são as primeiras mortes causadas por um ataque houthi desde que eles entraram no conflito, no mês passado.

Com agenda própria, no caso dominar o oeste do Iêmen contra o antigo governo apoiado por Riad, os rebeldes agem em coordenação com os iranianos.

Já a ação americana ocorreu depois, quando um helicóptero MH-60 Seahawk disparou dois mísseis Hellfire contra a casa de máquinas navio de carga M/V Vela Nova, de bandeira panamenha. O navio estava junto na costa do Paquistão, rumando ao estreito de Hormuz, que liga o Índico ao Golfo Pérsico.

Segundo os americanos, ele se recusou a parar no bloqueio restabelecido pelos americanos em 14 de julho e ia para um porto iraniano. No plano de viagem declarado da embarcação em sites de monitoramento, contudo, seu destino alegado era os Emirados Árabes Unidos.

O Comando Central dos EUA, responsável pelas operações na região, disse que já foram desviados de curso 55 navios, enquanto 2 foram abordados e 3 receberam fogo, incluindo o Vela Nova. Não houve relatos de feridos.

O cerco não dissuadiu os iranianos de buscar manter o controle do estreito de Hormuz. Ao contrário, a teocracia reafirmou sua disposição nesta terça.

O novo chefe do poderoso Conselho Supremo de Segurança Nacional do país, Mohsen Rezaei, afirmou que as negociações para dividir o controle do estreito com o dono da outra metade de suas águas, Omã, são independentes do conflito com os EUA.



Raízen terá que explicar depósito

Justiça mantém bloqueio parcial e Raízen terá de explicar conexão com lavagem de dinheiro

Em um mundo globalizado e regido por regras de compliance, a grave conexão entre a Raízen e o doleiro e empresário Victor Shimada está no fato de que uma conta da gigante de energia recebeu uma transferência financeira de uma empresa de fachada vinculada a um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e tráfico internacional de drogas. O caso envolve cifras bilionárias, sanções internacionais e risco reputacional para a companhia. A Raízen, que integra o ICL - Instituto Combustível Legal prova do próprio veneno que usou com outras distribuidoras para diminuir a concorrência no mercado.

Bloqueio parcial continua

A Justiça de São Paulo incluiu a Raízen em uma decisão de bloqueio solidário de bens de R\$ 10,3 bilhões. Inicialmente, as contas bancárias da Raízen foram bloqueadas, gerando um forte alerta no mercado. Após a defesa da companhia apresentar comprovantes, a Justiça revogou a ordem de bloqueio dos R\$ 10 bilhões, restringindo a disputa ao valor específico rastreado. Na prática, a empresa continua com um valor bloqueado em um processo de lavagem de dinheiro.

PF comprova depósito

Um laudo da Polícia Federal confirmou que a Raízen recebeu R\$ 120 mil de uma empresa chamada Hi Quality Importação Comércio e Distribuição Ltda.. A PF aponta essa empresa como parte da rede utilizada por Victor Shimada para ocultar recursos ilícitos.

Elo com facções

Victor Shimada foi alvo de duras sanções pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (OFAC), acusado de lavar mais de US\$ 30 milhões e atuar como elo entre traficantes na Flórida e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele é considerado foragido internacional e está na lista vermelha da Interpol.

Dinheiro misturado

O nome de Victor Shimada também surgiu em investigações sobre desvios no caso do patrocínio da VaideBet com o Corinthians e em fraudes contra o Banco Votorantim. Para os investigadores, transferir recursos para contas de corporações gigantescas e idôneas é uma tática comum de criminosos. O objetivo é misturar o “dinheiro sujo” com o fluxo legítimo de bilhões da empresa, dificultando o rastreamento policial.

Raízen se defende

A Raízen declarou formalmente que não possui qualquer envolvimento com o esquema criminoso ou com as atividades de Victor Shimada. A empresa provou à Justiça que o recebimento dos R\$ 120 mil foi a quitação de uma operação comercial legítima e regular de seu portfólio de negócios. A companhia reforçou que opera de forma ética e transparente, colaborando com as autoridades para isolar o caso. O mercado credita o afrouxamento das suas regras de compliance à crise financeira que a companhia atravessa.

Efeito nos EUA

A decisão judicial pode afetar indiretamente a Raízen nos Estados Unidos, principalmente devido ao rigor do sistema regulatório americano em relação à lavagem de dinheiro e ao perfil criminal do alvo envolvido. Como Victor Shimada é alvo direto de sanções do Departamento do Tesouro dos EUA (OFAC) por supostamente usar o sistema financeiro americano para lavar dinheiro do narcotráfico e do PCC, qualquer conexão com ele liga um sinal de alerta em solo americano.

Conexão existiu

A OFAC proíbe terminantemente qualquer cidadão ou empresa dos EUA de fazer negócios, direta ou indiretamente, com indivíduos sancionados. Embora o valor recebido pela Raízen tenha sido baixo (R\$ 120 mil) e decorrente de uma operação comercial legítima, o governo americano monitora transações globais que envolvam alvos de suas sanções. A Raízen precisará provar rigidamente ao mercado internacional que seus mecanismos de auditoria interna (compliance) e de checagem de clientes (Know Your Customer - KYC) são infalíveis para evitar sanções secundárias.

Nuvem de suspeição

O ICL - Instituto Combustível Legal criou e incentivou a formação de uma nuvem de suspeição no mercado brasileiro de combustíveis. A sua associada Raízen enfrenta um momento financeiro delicado, com endividamento alto e um processo de recuperação extrajudicial. Para rolar suas dívidas e atrair novos investidores, a empresa depende de crédito internacional e de bancos estrangeiros.

Risco para os sócios

Para a Cosan, de Rubens Ometto, e os executivos da Shell, o episódio foi visto como um ruído de altíssimo risco, pois uma ordem de restrição financeira de R\$ 10 bilhões poderia ter implodido o acordo com os credores às vésperas da homologação. A pronta resposta da equipe jurídica de Ometto em comprovar a origem lícita e comercial dos R\$ 120 mil foi crucial para garantir que a decisão do dia 30 de julho não fosse afetada. Porém o bloqueio judicial continua e precisa ser esclarecido a justiça.

BTG aliviado

Para o BTG, a rápida resolução judicial, ainda que parcial, que derrubou o bloqueio bilionário foi um alívio. Como o banco aceitou trocar bilhões em dívidas por ações da Raízen, qualquer risco de contaminação por lavagem de dinheiro que fizesse os papéis derreterem na Bolsa destruiria o valor do novo patrimônio do banco. A blindagem jurídica da operação comercial de R\$ 120 mil garantiu que o BTG se tornasse sócio de uma empresa saneada financeiramente e livre de entraves criminais judiciais.

Petrobras em alerta

Pelas regras internas da Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras, qualquer sinal de lavagem de dinheiro exige a abertura de um procedimento de due diligence (análise de risco). Se a Petrobras fechar os olhos para transações suspeitas da Raízen, uma de suas maiores clientes de combustível, ela pode ser acusada por agências reguladoras dos EUA de negligência em sua cadeia de suprimentos, o que afetaria negativamente o valor de suas próprias ações. Por isso, a ordem interna na estatal é exigir relatórios de auditoria ainda mais profundos de toda a governança da Raízen nos próximos meses.



Para analistas, Trump já estaria interferindo nos assuntos internos

‘Ação militar é improvável, mas intervenção já começou’

Ao Correio, especialistas avaliam desgaste entre Brasil e Estados Unidos

Por **Gabriela Gallo**

O Departamento de Estado dos Estados Unidos (EUA) publicou nesta terça-feira (11) um vídeo em suas redes sociais lembrando a Doutrina Monroe e afirmando que o domínio do país sobre o Hemisfério Ocidental “nunca mais será questionado”.

A medida aparenta demonstrar que o governo norte-americano está “subindo o tom” e levanta o questionamento de uma possível intervenção dos EUA no Brasil, especialmente após as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) passarem a ser enquadradas como terroristas. Contudo, para especialistas em direito internacional ouvidos pelo Correio da Manhã, as chances são baixas.

Para a especialista em direito internacional e professora da Estácio Carolina Montolli uma eventual intervenção militar no Brasil “representaria ruptura gravíssima da ordem jurídica internacional”, o que resultaria em consequências demasiadamente pouco vantajosas para os americanos.

CARTA DA ONU

“A Carta da ONU proíbe como regra a ameaça ou uso da força contra a integridade

territorial ou a independência política de outro estado. As exceções clássicas são essencialmente legítima defesa ou autorização do Conselho de Segurança.

Além disso, o Brasil possui dimensões territorial, econômica, populacional e diplomática, que tornam qualquer hipótese militar extremamente custosa.

Haveria repercussões no sistema interamericano, na ONU, nos mercados financeiros, nas cadeias produtivas e nas relações dos Estados Unidos, como a América Latina e outros atores internacionais”, destacou Montolli para o Correio.

Em conversa com a reportagem, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes concordou que uma intervenção militar é pouco provável e, caso ocorra, será como um último recurso. Contudo, na avaliação da especialista, uma “intervenção” em um sentido mais amplo e contemporâneo – que pode ser aplicada de maneira econômica, diplomática, política, informacional ou institucional – é possível considerar que “alguns limites tradicionais das relações entre Estados já começaram a ser ultrapassados”.



Celina acabou sendo o alvo de todos no debate

Celina vai aos debates, mas quer mudar as regras

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), que disputa a reeleição, sentiu na pele o que é o temor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do candidato do PL, Flávio Bolsonaro, sobre participar de debates eleitorais. Quem lidera torna-se alvo de todos os demais. Quem lidera e está no poder, mais ainda, porque todos os demais candidatos querem justamente se apresentar como um contraponto do governo que querem derrotar nas urnas. No domingo (9), no debate da Band entre os candidatos ao GDF foi o que aconteceu com Celina. Ela tornou-se alvo de todos. Ainda mais porque enfrenta um problema cabeludo: o BRB corre o risco de quebrar por conta desastrada operação de compra do Banco Master que foi feita na gestão de Ibaneis Rocha (MDB), que ela herdou. Celina reclamou que o formato do debate fez com que ela apanhasse de todos sem a devida chance de rebater.

Direitos de resposta indeferidos

Com o governo o tempo todo citado pelos adversários, Celina reclama que pediu vários direitos de resposta que acabaram indeferidos pela organização do debate. Ela se queixa de uma situação que, na avaliação da sua campanha, seria desproporcional: sofreu ataque de todos e só conseguia rebater nos seus próprios horários, quando já tinha de responder a outros questionamentos. Às vezes, precisava usar parte desse tempo para rebater algo dito por outro candidato que não o que a questionava.



Lula e Flávio cogitam fugir também dos debates

Governadora cogitou não participar mais

A situação levou-a a cogitar não ir mais a debates no primeiro turno. O Correio Político apurou, no entanto, que essa não será a sua posição final. Celina Leão irá aos próximos debates. Mas a sua equipe de campanha tentará estabelecer regras diferentes que permitam a ela responder com mais frequência os questionamentos que sofrer. E que fique entendido quanto ao direito de resposta que ele não deve abarcar somente ataques diretos à pessoa. Um ataque ao governo deve ser compreendido como um ataque a ela.

Lula: dilema parecido

O dilema é o mesmo do presidente Lula. Líder nas pesquisas e disputando a reeleição, Lula sabe que caso participe de um debate será alvo de todos os demais candidatos, que irão se unir para atacá-lo e para atacar seu governo. No caso de Lula, com um detalhe a mais com relação a Celina: todos os seus adversários estão mais próximos do campo da direita, contrários, portanto, às linhas gerais do seu governo.

Flávio

Flávio entra, então, num dilema paralelo. Tem dito que participa do debate se Lula também participar. O que deixa implícito que, no caso contrário, tende a não ir. E, no fundo, sua razão é a mesma. Sem Lula, Flávio sabe que ele é que será o foco dos ataques. Ele é o nome que os demais precisam tirar do segundo turno para disputar com Lula.

Pesos

Os candidatos que lideram e têm partidos maiores reclamam que os debates colocam todos os concorrentes no mesmo patamar, ao contrário dos modelos tradicionais de propaganda de TV, onde os partidos e coligações maiores têm mais tempo que os menores. Tornam-se, então, uma vitrine atraente para quem está atrás nas pesquisas.

Riscos maiores

Para quem está à frente, os riscos são bem maiores. O problema fica para o eleitor, porque o debate é o único espaço no qual o candidato não tem controle absoluto da situação. Para o eleitor compreender de fato o quanto cada candidato está preparado para governar e enfrentar adversidades, não há espaço melhor.

Obrigatório

Há até quem defenda que o debate deveria ser obrigatório. O problema é que há muitos debates previstos. Os candidatos reclamam dessa quantidade. Quem defende a obrigatoriedade, defende um modelo que existiu em algumas eleições no passado: que os debates deveriam ser transmitidos por um pool de veículos.

Em pool

O debate no segundo turno na primeira eleição presidencial em 1989 foi transmitido por um pool das emissoras de TV. Há quem defenda que se deveria pensar em um modelo parecido e até mais formal. Uma organização da Justiça Eleitoral que viesse a ser transmitido em cadeia. Um no primeiro turno e um no segundo turno.

FHC

O TSE estabeleceria as regras, tanto sobre quem participaria quanto com relação à forma. Mas a questão da fuga dos debates não é nova. Se deu pela primeira vez em 1998. Candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso resolveu não ir aos debates, e eles acabaram não acontecendo. FHC foi reeleito no primeiro turno.



Pedido ocorre após o avanço das apostas no país

TCU apura uso de R\$ 5,7 bilhões de dinheiro esquecido

Valor está sendo usado pelo governo para custear o Desenrola 2.0

Por **Beatriz Matos**

O uso de R\$ 5,7 bilhões em valores esquecidos por clientes de instituições financeiras para garantir operações do Novo Desenrola Brasil abriu uma controvérsia sobre as contas públicas. O dinheiro foi transferido diretamente ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), sem passar pelo Orçamento da União, e o modelo entrou no radar do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os recursos estavam no Sistema de Valores a Receber (SVR), do Banco Central, e pertenciam originalmente a pessoas físicas e empresas. A legislação previa que valores não resgatados fossem incorporados ao Tesouro como receita orçamentária primária. Uma medida provisória editada para o novo Desenrola alterou esse caminho e permitiu a transferência direta ao FGO.

Para Renan Silva, economista e professor do Ibmecc Brasília, esse é o centro da discussão. “A MP do Desenrola 2.0 revogou esse trecho, permitindo que os valores fossem transferidos diretamente das instituições financeiras para o FGO, sem trânsito pelo Orçamento. Como as medidas provisórias têm força de lei

imediate, a operação está amparada juridicamente — mas está sujeita à confirmação pelo Congresso Nacional, que poderá alterá-la ou rejeitá-la.”

A diferença não é apenas contábil. Se o dinheiro passasse pelo orçamento, a receita seria registrada nas contas públicas e o aporte ao FGO teria de seguir as regras aplicáveis às despesas primárias. Com a transferência direta, os R\$ 5,7 bilhões não consomem da mesma forma o espaço permitido para gastos pelo arcabouço fiscal.

“Na prática, foi exatamente isso que o governo fez, ou seja, as instituições financeiras transferiram os recursos não resgatados diretamente ao FGO, mas a legalidade disso é o próprio objeto da investigação”, afirma Beny Fard, analista geopolítico e econômico e sócio da consultoria Segundo Minuto.

Segundo Beny Fard, caso o montante fosse formalmente incluído nas contas oficiais, haveria impacto no espaço fiscal disponível.

A Fazenda defende que o dinheiro mantém natureza privada mesmo após a transferência ao FGO. A controvérsia está justamente nesse ponto: se valores originalmente privados podem continuar com essa classificação.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Como Moraes descobriu fonte de jornalista que escreveu contra Dino

LUIZ SILVEIRA/STF

■ O ministro Alexandre de Moraes (STF) descobriu a fonte de um jornalista que publicou reportagens contra Flávio Dino após determinar que a Polícia Federal apreendesse os aparelhos eletrônicos do profissional de imprensa.

■ A coluna apurou com fontes ligadas à investigação que os agentes conseguiram identificar a fonte por meio de conversas mantidas no WhatsApp Web usado pelo jornalista Luís Pablo. Mesmo com a conta do aplicativo desconectada do MacBook no momento da apreensão, a PF conseguiu recuperar o conteúdo com o auxílio de equipamento tecnológico da corporação.

■ O MacBook e outros aparelhos de Luís Pablo haviam sido apreendidos em março, também por determinação de Moraes. Na ocasião, a medida provocou críticas de entidades ligadas à imprensa.

■ Em nota conjunta, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) classificaram como “preocupante” a busca e apreensão e destacaram que o sigilo da fonte é protegido pela Constituição. As entidades afirmaram ainda que medidas que eventualmente violem essa ga-



Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal apreendesse aparelhos eletrônicos de jornalista

rantia representam um ataque ao livre exercício do jornalismo.

■ À época, Moraes afirmou na decisão que havia indícios de que Luís Pablo teria acesso a informações sensíveis e estaria monitorando e acompanhando o veículo utilizado por Dino. O jornalista negou ter perseguido o ministro e afirmou que realizava trabalho jornalístico.

Fonte identificada

■ Agora, a fonte identificada a partir da análise dos aparelhos também foi alvo

de uma operação. Nesta terça-feira (11), Moraes determinou busca e apreensão contra Raimundo Cutrim, delegado aposentado da Polícia Federal, ex-secretário de Segurança Pública do Maranhão e ex-deputado estadual. A medida foi solicitada pela PF e teve aval da Procuradoria-Geral da República (PGR).

■ De acordo com a defesa de Cutrim, o mandado relata que a análise dos aparelhos apreendidos do jornalista levou a Polícia Federal a concluir que ele era a fonte das reportagens. O advogado de Luís Pablo também foi alvo de busca e apreensão nesta terça-feira (11).

■ Cutrim é adversário político de Dino e também já ocupou o cargo de secretário no governo de Carlos Brandão. Segundo sua defesa, os processos relacionados às operações permanecem sob sigilo e os advogados ainda não tiveram acesso integral aos autos.

■ As reportagens que deram origem ao caso foram publicadas por Luís Pablo e apontavam o suposto uso irregular de um veículo oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) por familiares de Flávio Dino, em São Luís. A investigação contra o jornalista foi aberta após Dino acionar as autoridades por suposta perseguição.

Toffoli rejeita recurso da Petrobras contra decisão que anulou atos de Moro na Operação Lava Jato

■ O ministro Dias Toffoli (STF) rejeitou um recurso da Petrobras contra a decisão que anulou todos os atos da Operação Lava Jato praticados contra Eduardo Costa Vaz Musa, ex-gerente da empresa e delator do caso. A anulação alcança também medidas adotadas pelo então juiz Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

■ Na decisão anterior, Toffoli concedeu habeas corpus de ofício a Musa após reconhecer a existência de um “conluio” contra ele. O ministro declarou a “nulidade absoluta” dos atos praticados pelos integrantes da Lava Jato e por Moro contra o ex-gerente da Petrobras, inclusive durante a fase pré-processual.

■ A Petrobras recorreu. A estatal argumentou que atuou como assistente de acusação na ação penal envolvendo Musa e, por isso, teria legi-

timidade para questionar a decisão. Pediu, no mérito, que Toffoli afastasse a nulidade.

■ O ministro, porém, não conheceu do recurso. Toffoli aplicou a Súmula 208 do STF, segundo a qual o assistente do Ministério Público não pode recorrer de decisão que concede habeas corpus. “Ante o exposto, não conheço do agravo regimental. Arquive-se”, determinou Toffoli.

■ Eduardo Musa foi gerente da área Internacional da Petrobras e se tornou um dos delatores da Lava Jato. Em 2015, ele fechou acordo de colaboração premiada e passou a fornecer informações aos investigadores sobre o esquema de pagamento de propinas envolvendo contratos da estatal.

■ À época, Musa relatou aos investiga-



Sede da Petrobras no Rio de Janeiro

dores detalhes sobre pagamentos de propina na Diretoria Internacional da Petrobras e apontou a participação de diferentes personagens e empresas no esquema investigado pela operação. Ele próprio foi investigado e condenado em processos da Lava Jato.

■ Com a nova decisão, Toffoli não voltou a analisar o mérito da anulação. O recurso da Petrobras foi rejeitado por uma questão processual, já que o ministro entendeu que a estatal, na condição de assistente de acusação, não tinha legitimidade para recorrer da concessão do habeas corpus.

Secretário usou credenciais de Estado para desviar dados de inteligência e monitorar Flávio Dino, diz PF

■ A Polícia Federal (PF) afirma que o secretário de Estado Extraordinário de Assuntos Legislativos do Maranhão, Raimundo Soares Cutrim, usou sua condição de agente público para acessar informações restritas sobre veículos ligados à segurança do ministro Flávio Dino, do STF.

■ Segundo a investigação, Cutrim obteve dados protegidos em sistemas que exigem credenciais de acesso e repassou parte do material ao jornalista Luís Pablo Conceição Almeida. As informações incluíam placas reservadas, fotos, vídeos e dados sobre veículos usados por Dino e seus familiares.

■ A conclusão consta de representação da PF acolhida pelo ministro Alexandre de Moraes, que autorizou novas buscas e apreensões no âmbito da investigação sobre o vazamento de informações relacionadas à segurança de Dino.

■ “Fica claramente demonstrado que quem obteve as informações e imagens divulgadas por Luís Pablo foi Raimundo Cutrim, sendo possível concluir que para obter acesso às informações sobre o veículo, o mesmo se prevaleceu de sua condição de agente público”.

Conversas por WhatsApp

■ A PF conseguiu chegar ao secretário após analisar um notebook apreendido na casa de Luís Pablo em março deste ano. O equipamento permitiu o acesso à conta de WhatsApp utilizada pelo jornalista e revelou conversas mantidas com Cutrim.

■ Os investigadores identificaram, por exemplo, que o secretário encaminhou ao jornalista dados de um veículo que apareceriam posteriormente em uma reportagem publicada em 20 de novembro. Entre as informações estavam a placa oficial e uma placa reservada, utilizada em atividades que exigem proteção da identificação do veículo.

■ A investigação também encontrou fotografias e vídeos dos veículos. Segundo a PF, algumas filmagens foram feitas com câmera veicular em 30 de outubro de 2025 e posteriormente enviadas por Cutrim a Luís Pablo.

FOTOS ROSANE NAYLOR



O ex-secretário da Casa Civil do RJ, Nicola Miccione, ao lado do desembargador Guilherme Peña

claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@columagnavita

Desembargador Guilherme Pena de Moraes lança livro sobre Controle de Constitucionalidade

Magistrados, servidores, advogados, estudantes de direito e personalidades se reuniram no Foyer do Órgão Especial, no Fórum Central, na última segunda-feira, 10 de agosto, para o lançamento do livro *Controle de Constitucionalidade: Aspectos Práticos e Teóricos*, do desembargador Guilherme Pena.

A obra une fundamentação teórica e aplicação prática sobre um dos temas mais relevantes do Direito Constitucio-

nal. Além de reflexões e análises sobre o controle de constitucionalidade, o livro apresenta aspectos práticos do tema, constituindo importante fonte doutrinária para magistrados, advogados, estudantes e demais profissionais do Direito.

O livro tem apresentação do presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Couto, e prefácio do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e doutor André Ramos Tavares.



O autor Guilherme Peña com a desembargadora Maria Angélica Guerra



Os desembargadores Luiz Eduardo Canabarro, Guilherme Peña e Eduardo Biondi



O desembargador Guilherme Peña com o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto



O desembargador Fernando Chagas com o autor, desembargador Guilherme Peña



O defensor público geral Paulo Vinícius Cozzolino com o desembargador Guilherme Peña e as juízas Simone Lopes e Viviane Tovar



O desembargador Guilherme Peña com o corregedor desembargador Cláudio Brandão e a juíza Daniela Bandeira



Os desembargadores Claudio Dell'orto e Guilherme Peña com Márcio Pacheco



Victor com os desembargadores André Francis, Cláudia Nascimento, Renata Cabo e Guilherme Pedrosa

OAB-RJ celebra o Dia da Advocacia aos pés do Cristo Redentor

Nesta terça-feira (11), a Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) celebrou o Dia da Advocacia e homenageou todos os advogados e advogadas que exercem diariamente um papel fundamental na defesa da Justiça, da cidadania e do Estado Democrático de Direito. Como parte das comemorações, foi celebrada uma missa no Santuário do Cristo Redentor.

A data marca os 199 anos de cria-



Como parte das comemorações, foi celebrada uma missa no Santuário do Cristo Redentor

ção dos primeiros cursos de Direito do Brasil, em São Paulo (SP) e Olinda (PE), marcos históricos para a formação jurídica do país e para a consolidação da advocacia brasileira.

Para a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, exercer a advocacia vai muito além do conhecimento técnico e exige compromisso diário com a Justiça e com a sociedade. “Ser advogado não é apenas dominar as leis e conhecer a jurisprudência. Ser advogado é estar diariamente lutando pela justiça, pela sociedade e por aqueles princípios que são fundamentais no Estado Democrático de Direito. A profissão é árdua. É preciso ser corajoso. É preciso, muitas

vezes, ir contra a opinião pública, contra a opinião de amigos e familiares. Mas o advogado é um guerreiro. É aquele que a sociedade pode contar sempre para lutar pelos seus direitos”, destaca Basilio.

Como parte das comemorações, foi celebrada, no fim da manhã, uma missa em homenagem à advocacia na Capela de Nossa Senhora Aparecida, no Santuário do Cristo Redentor. Além da presidente da OAB-RJ, participam da cerimônia o secretário-geral da entidade, Rafael Borges, o tesoureiro Fábio Nogueira, além de presidentes de subseções, de comissões e conselheiros da Seccional.

FLÁVIA FREITAS/OAB-RJ

ENTREVISTA/DESEMBARGADOR PETERSON BARROSO SIMÃO

Da Redação

Observador atento ao movimento crescente de apostas em plataformas esportivas online e ao consequente aumento de ações na Justiça movidas, em sua maioria, por apostadores que se dizem prejudicados, o desembargador Peterson Barroso Simão, integrante da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, acredita que é chegada a hora de o país refletir mais sobre o tema, incluindo legislação, publicidade, fiscalização e as possíveis consequências do mundo das bets na vida dos brasileiros, como a ludopatia.

“Este não é um debate contra a liberdade individual. Pessoas adultas são livres para fazer suas escolhas. Essa liberdade, contudo, não pode servir de justificativa para a omissão do Estado diante de um fenômeno que compromete a saúde mental, fragiliza famílias e provoca crescente deterioração da situação financeira de milhares de brasileiros. As apostas movimentam uma expressiva cadeia econômica, mas seus efeitos sociais não podem ser ignorados”, destaca o desembargador. Na entrevista abaixo, o magistrado aponta que a ascende judicialização do tema acendeu o alerta vermelho.

CM: As Cortes de Justiça do país, incluindo a fluminense, passaram a receber um volume significativo de processos envolvendo plataformas de apostas esportivas online, as bets. São ações movidas, em maioria, por apostadores que alegam ter ganho e não recebido; acumulado dívidas e desejam ressarcimento; ou pedem indenização por ludopatia. Como o senhor vê essa crescente de processos envolvendo o tema?

PB: A crescente judicialização era um fenômeno previsível. Quando se cria um mercado que movimenta bilhões de reais e alcança milhões de consumidores, inevitavelmente surgem conflitos. No caso das apostas esportivas, porém, a situação é ainda mais preocupante porque não estamos diante apenas de discussões contratuais. Muitos processos revelam dramas humanos marcados por endividamento, perda patrimonial, alegações de ludopatia, publicidade enganosa e dificuldades no recebimento de valores.

CM: Mas a regulação pela Lei nº 14.790 não surtiu efeito?

PB: A Lei nº 14.790/2023 apresentou um importante marco regulatório, mas seus efeitos econômicos e sociais precisam ser permanentemente avaliados. Precisamos de leis que melhorem a vida das pessoas,

“O alerta é vermelho”

Desembargador alerta para avanço das bets e cobra mais fiscalização, prevenção e proteção aos apostadores

DIVULGAÇÃO



O desembargador Peterson Barroso Simão

e não que contribuam para o empobrecimento de milhares de famílias.

Também é legítimo questionar se as plataformas cumprem, com a transparência exigida pelo artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, o dever de informar claramente as probabilidades de ganho, os riscos envolvidos e as condições da aposta.

No fundo, esses processos refletem uma promessa de enriquecimento rápido que, para muitos apostadores, termina em frustração, dificuldades financeiras e sofrimento psicológico. A judicialização revela apenas a face visível de um problema social muito maior.

CM: Com o passar do tempo a questão pode vir a congestionar ainda mais o Judiciário?

PB: Sem dúvida existe esse risco. Se hoje já observamos um crescimento significativo das demandas, é natural imaginar que esse número aumente à medida que mais pessoas enfrentem prejuízos financeiros decorrentes das apostas.

Mas a preocupação não é apenas quantitativa. Cada processo representa uma história de sofrimento humano. São famílias endividadadas, pessoas que desenvolveram dependência, trabalhadores que perderam seu patrimônio e relações familiares profundamente fragilizadas.

Não se trata apenas de um aumento de ações judiciais. Estamos diante de um fenômeno que alcança as varas cíveis, criminais e de família, porque o vício nas apostas frequentemente desencadeia fraudes, desvios patrimoniais e conflitos familiares.

O Judiciário recebe apenas a consequência de um problema que nasce muito antes. Quanto mais tardia for a atuação do Estado, maior será o custo social e, também, o custo para a própria Justiça. Investir em prevenção

é sempre mais eficiente do que enfrentar a multiplicação dos litígios.

CM: De acordo com dados do Ministério da Fazenda, o Brasil tem pelo menos 25 milhões de apostadores cadastrados. O senhor acha que as regras vigentes para as plataformas precisam ser mais claras, seja sob o ponto vista econômico dos ganhos – em 2025, ainda segundo o Ministério da Fazenda, a receita bruta das bets legalizadas no país foi de R\$ 37 bilhões em 2025 – e em relação aos mecanismos de alertas ao apostador?

PB: Entendo que sim. O volume de apostadores e a dimensão econômica desse mercado demonstram que não se trata mais de um fenômeno marginal, mas de um relevante problema de política pública.

A propaganda das bets invade diariamente nossas casas, celulares e redes sociais oferecendo uma ilusão de enriquecimento rápido que, para a maioria das pessoas, termina em decepção. A lógica econômica dessa atividade favorece estruturalmente a plataforma.

Por isso, considero indispensável ampliar os mecanismos de informação e conscientização.

Os alertas não podem se limitar a pequenos avisos formais. O cidadão deve compreender que não está realizando um investimento, mas participando de uma atividade que envolve riscos concretos de perda financeira e dependência.

A liberdade de escolha somente existe quando acompanhada de informação verdadeira.

CM: É preciso regular mais o setor?

A meu ver, sim. A regulamentação representou um passo importante, mas ainda não basta diante da velocidade com que esse mercado cresce, inclu-

sive com a atuação de plataformas internacionais.

PB: O Estado precisa exercer fiscalização rigorosa. Receita Federal, Ministério da Fazenda, órgãos de defesa do consumidor e autoridades policiais devem atuar de forma coordenada para combater fraudes, publicidade enganosa, lavagem de dinheiro e outras irregularidades.

Também entendo que chegou o momento de avaliar os resultados produzidos pela Lei nº 14.790/2023. Se os mecanismos atuais se mostrarem insuficientes para proteger a população, será legítimo discutir alterações legislativas, inclusive eventual revogação de dispositivos que não tenham alcançado os objetivos pretendidos.

As pessoas adultas são livres para fazer suas escolhas. Essa liberdade, contudo, não pode justificar a omissão do Estado diante de um fenômeno que produz endividamento, dependência e perda patrimonial de parcela significativa da população.

O alerta é vermelho. Quanto mais demorarmos a aperfeiçoar a legislação e fortalecer a fiscalização, maiores serão os custos sociais desse modelo de exploração econômica.

CM: As plataformas estão se utilizando de personalidades públicas como jogadores de futebol, atletas, artistas em suas publicidades. O senhor acredita que isso tem influência sob apostadores?

PB: A influência é evidente e merece reflexão. Influenciadores digitais, atletas e artistas possuem enorme capacidade de moldar comportamentos, sobretudo entre os jovens. Quando uma personalidade admirada associa sua imagem a uma plataforma de apostas, transmite uma mensagem implícita de confiança e normalidade. O jogo deixa de ser percebido como uma atividade de risco e passa a ser visto como entretenimento ou oportunidade de ganho financeiro.

É um paradoxo preocupante. Ícones nacionais que prosperaram pelo talento acabam incentivando uma atividade que pode empobrecer justamente aqueles que mais os admiram. Enquanto essas personalidades recebem contratos milionários, milhares de seguidores acumulam perdas financeiras e, em alguns casos, desenvolvem dependência.

Por isso, considero importan-

te ampliar a responsabilidade na publicidade dessas plataformas. Se a propaganda utiliza figuras públicas para estimular as apostas, também é legítimo que campanhas de conscientização contem com personalidades capazes de alertar sobre seus riscos. O equilíbrio da informação é essencial para uma escolha verdadeiramente livre.

CM: No período da Copa do Mundo, segundo dados da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, o país registrou um grande volume de pedidos de autoexclusão das plataformas de apostas online – cerca de 250 mil somente entre 15 e 28 de junho. Esse mecanismo precisa ter mais visibilidade?

PB: A autoexclusão é uma ferramenta importante porque permite ao próprio jogador interromper o ciclo das apostas. O elevado número de pedidos demonstra que muitas pessoas reconhecem estar perdendo o controle e procuram uma forma de romper esse comportamento.

Esse mecanismo precisa ser mais divulgado e de fácil acesso. Entretanto, não resolve sozinho o problema. A ludopatia é uma condição médica reconhecida e frequentemente exige acompanhamento psicológico, psiquiátrico e apoio familiar.

A autoexclusão representa um importante primeiro passo, mas deve estar integrada a políticas públicas de prevenção, acolhimento e tratamento.

CM: Avalia ser preciso de outros mecanismos para conscientização dos cidadãos?

PB: Sem dúvida. A conscientização deve começar pelo reconhecimento de que apostar não é forma de investimento nem estratégia de geração de renda. Trata-se de uma atividade cuja lógica econômica favorece estruturalmente a plataforma.

Também considero fundamental investir em educação financeira e em campanhas permanentes de esclarecimento. A população precisa compreender, inclusive, como essas plataformas utilizam recursos tecnológicos e conhecimentos da psicologia comportamental para estimular o usuário a permanecer apostando.

Ao lado da conscientização, é indispensável fortalecer a rede pública de atendimento às pessoas que desenvolveram dependência. O tratamento exige abordagem multidisciplinar, com psicoterapia, acompanhamento psiquiátrico e grupos de apoio. Prevenir continua sendo muito mais eficaz, e menos oneroso para toda a sociedade, do que enfrentar as consequências do vício instalado.

Aneel mantém processo que pode levar à caducidade da concessão da Enel em SP

Por unanimidade, diretoria rejeitou recurso da concessionária e mantém processo administrativo



Reunião pública da diretoria da Aneel nesta terça-feira(11). Diretor-geral explicou que não houve juízo de valor sobre a concessão do serviço

Da Redação

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu nesta terça-feira (11), por unanimidade dos cinco diretores que participaram da reunião, rejeitar o pedido de reconsideração apresentado pela Enel Distribuição São Paulo e manter a instauração do processo administrativo que poderá avaliar eventual caducidade da concessão da empresa. A decisão, porém, não significa que a agência tenha decidido pela perda da concessão. O processo seguirá com ga-

rantia de contraditório e ampla defesa à concessionária.

O julgamento analisou o processo nº 48500.003331/2024-72, relatado pelo diretor Fernando Luiz Mosna. O recurso da Enel era contra o Despacho nº 1.214/2026, que determinou a instauração do procedimento administrativo tendente à caducidade da concessão.

Durante a reunião, o diretor-geral da Aneel, Sivaldo Feitosa, fez questão de esclarecer o alcance da decisão. Segundo ele, os diretores não estavam votando a favor da abertura de um processo de caducidade da

concessão, mas apenas analisando o pedido de reconsideração apresentado pela empresa contra a decisão anterior. Portanto, não houve, nesta etapa, juízo de valor da diretoria sobre a eventual perda da concessão pela Enel. Na prática, a decisão desta terça-feira mantém em vigor a instauração do procedimento e permite que o rito administrativo avance. A Enel continuará tendo direito de apresentar sua defesa e contestar os apontamentos feitos pela agência antes de qualquer conclusão sobre a continuidade ou não da concessão.

O processo está relacionado às falhas identificadas pela Aneel na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Enel São Paulo. A fiscalização da agência passou a acompanhar de forma mais intensa o desempenho da concessionária após episódios de interrupção no fornecimento, especialmente durante eventos climáticos severos que atingiram a Grande SP.

Entre os aspectos analisados estão a capacidade de resposta da distribuidora diante de ocorrências emergenciais, o tempo necessário para o res-

tabelecimento da energia e o cumprimento dos parâmetros de qualidade previstos na regulamentação e no contrato de concessão. A empresa havia apresentado um Plano de Recuperação com medidas destinadas a melhorar a prestação do serviço e a capacidade de resposta a eventos críticos. A Aneel, entretanto, avaliou que ainda havia questões a serem examinadas e determinou a continuidade do acompanhamento da concessionária.

No pedido de reconsideração agora rejeitado, a Enel contestou os fundamentos utilizados pela agência para instaurar o procedimento. Entre os argumentos apresentados pela companhia estavam questionamentos sobre os critérios de avaliação de seu desempenho e sobre a metodologia utilizada para medir o restabelecimento da energia após ocorrências de grande impacto.

A concessionária também apresentou argumentos de natureza processual e defendeu que os resultados deveriam ser considerados a partir da evolução do restabelecimento do serviço durante os eventos analisados. A empresa buscava, com o recurso, reverter ou modificar a decisão que deu início ao procedimento administrativo.

PROCESSO SEGUE

Com a decisão desta terça-feira(11), o pedido da Enel foi rejeitado e o processo de caducidade seguirá a tramitação.

Lei Maria da Penha para violência de desconhecidos

Da Redação

O deputado Milton Vieira (Republicanos-SP) apresentou o Projeto de Lei 4.965/2026, que amplia a aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres vítimas de violência baseada em gênero mesmo quando não houver vínculo anterior com o agressor. A proposta foi apresentada nesta terça-feira (11) na Câmara dos Deputados.

Pelo texto, as medidas de prevenção, assistência e proteção previstas na Lei nº 11.340/2006 poderão ser aplicadas a casos ocorridos fora dos contextos doméstico, familiar ou afetivo. A mudança alcançaria situações em ambientes sociais, comunitários, profissionais, educacionais,

institucionais, comerciais, recreativos, esportivos, de transporte e digitais, em espaços públicos ou privados.

O projeto determina que a aplicação da lei não dependa da existência de vínculo doméstico, familiar, afetivo, profissional ou de outra natureza entre a vítima e o agressor. A proteção também poderá alcançar casos em que o autor seja desconhecido da vítima, inclusive quando a violência ocorrer de forma ocasional ou circunstancial, desde que existam elementos que caracterizem violência baseada no gênero ou relacionada à condição de mulher.

Outra alteração trata das medidas protetivas de urgência. A proposta estabelece que



Proposta é do deputado federal de SP, Milton Vieira (Republicanos)

a ausência de identificação do agressor não poderá, por si só, impedir a concessão da proteção quando houver elementos que indiquem risco à integridade física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial da vítima. Nesses casos, poderão ser adotadas providências para identificar o autor.

Segundo o projeto, a ampliação não modificará a tipificação penal das condutas nem afastará a aplicação das normas penais e processuais específicas. O texto também prevê a adequação dos protocolos de atendimento policial, judicial, assistencial e de saúde.

SITUAÇÃO

O texto vai tramitar pelas Comissões antes de ser votado.

Justiça proíbe prédio de 22 andares na Pompeia

Laudo judicial apontou nascentes próximas ao terreno do empreendimento

Da Redação

A Justiça de São Paulo proibiu a construção de um edifício de 22 andares na região da Pompeia, na Zona Oeste da capital. A decisão foi tomada após duas perícias judiciais apontarem a existência de nascentes e olhos d'água nas proximidades do terreno destinado ao empreendimento.

O projeto está previsto para um terreno de cerca de 1,7 mil metros quadrados, na altura do número 2.195 da Avenida Pompeia, ao lado da Praça Homero Silva, conhecida como Praça da Nascente.

A sentença foi proferida pelo juiz Luís Eduardo Medeiros Grisolia, da 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em ação civil pública movida pelo Ministério Público. O magistrado considerou os resultados de duas perícias. A primeira apontou seis nascentes com afloramentos na região, dentro do raio de 50 metros do local previsto para

a construção do empreendimento. A segunda também identificou nascentes e olhos d'água próximos ao terreno.

Um dos pontos identificados pelos peritos fica a aproximadamente 1,4 metro da área destinada ao empreendimento. Os estudos indicaram que uma eventual obra poderia alterar o fluxo das águas, provocar o desaparecimento ou o deslocamento dos afloramentos e afetar as condições ambientais da praça.

Com base nos laudos, a Justiça considerou que o terreno está sujeito às restrições ambientais aplicáveis às áreas próximas de nascentes e olhos d'água. Pelo Código Florestal, essas áreas são classificadas como de preservação permanente, com proteção em uma faixa de 50 metros ao redor de nascentes e olhos d'água perenes.

A decisão também anulou atos administrativos relacionados ao empreendimento, incluindo a dispensa de li-



Prefeitura recorreu da decisão e questiona as conclusões da perícia

cenciamento ambiental. A construtora foi impedida de iniciar, continuar ou realizar intervenções que possam modificar o regime hídrico ou as condições ambientais do local. A Prefeitura de São Paulo também ficou proibida de emitir ou manter autorizações de construção incompatíveis com a sentença.

A disputa começou em 2014, quando a construtora Exto Terra adquiriu o terreno, que abrigava oito casas, para desenvolver o empreendimento. As edificações foram demolidas, mas a construção não chegou a ser iniciada. Moradores da região passaram a contestar o projeto e levaram a questão ao Ministério Público do Estado de SP,

que posteriormente ingressou com ação na Justiça.

A existência das nascentes já havia sido discutida em estudos anteriores. Em 2014, o Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo realizou levantamento na praça e identificou afloramentos de água. No ano seguinte, nova análise do órgão apontou uma nascente dentro do terreno adquirido pela construtora responsável pela obra.

A construtora recorreu de decisões anteriores e apresentou estudos próprios para defender a possibilidade de construção. A divergência técnica levou à realização de novas perícias judiciais.

A empresa e a Prefeitura contestaram os resultados

dos laudos e sustentaram que os pontos de água poderiam estar relacionados à ação humana ou ao acúmulo de chuva, e não necessariamente a nascentes naturais. O município afirma ainda que estudos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente não identificaram nascentes nem área de preservação permanente no local.

A Prefeitura recorreu da decisão e questiona as conclusões da perícia que serviu de base para a sentença. A construtora também foi procurada para se manifestar, mas não havia apresentado resposta até a publicação das informações consultadas. O caso segue sujeito a recursos e decisões judiciais.

Boulevard da Paulista: entrega adiada para novembro

Da Redação

O boulevard que liga a avenida Paulista à rua São Carlos do Pinhal, no centro de São Paulo, teve a entrega novamente adiada. A Prefeitura autorizou, no fim de julho, um segundo aditamento ao acordo firmado com a entidade responsável pelo projeto. O novo prazo para conclusão é 30 de novembro.

Batizado de Alameda das Flores, o espaço integra o projeto Sua Rua. O acordo foi assinado há mais de três anos e previa inicialmente a conclusão das obras em dez meses. Apesar da retirada dos tapumes no fim de 2025, áreas destinadas a quiosques e outros equipamentos continuam sem os itens previstos. A Associação São Paulo Capital da Diversidade, ligada à Cidade Matarazzo e responsável pelo projeto, atribui o atraso

principalmente à fabricação do mobiliário urbano. Bancos, mesas e quiosques foram projetados pelo Estúdio Campana, com formas inspiradas em raízes, troncos e galhos.

Segundo a entidade, a produção das peças exige técnicas específicas e aumentou o tempo necessário para a execução. A associação também cita como avanços o paisagismo, melhorias na drenagem, enterramento da fiação, zeladoria e a realização de 27 atividades culturais. O projeto ocupa cerca de 9.850 metros quadrados e tem autoria urbanística da arquiteta Adriana Levisky. O acordo com o município é estimado em R\$ 125 milhões e inclui as intervenções e a manutenção do espaço por 30 anos.

Entre as etapas concluídas estão o novo calçamento, com mosaicos de ladrilho hidráulico



Vista do complexo Cidade Matarazzo, onde antes havia um hospital

co e pisos de basalto e granito, além do plantio de espécies nativas. As melhorias também abrangem trechos da rua São Carlos do Pinhal e da alameda Rio Claro. A implantação de uma feira de produtos orgâ-

nicos ainda não foi concluída. Até março, a iniciativa estava em planejamento e em estudo de viabilidade para selecionar quem serão os produtores.

O pedido de extensão do prazo foi apresentado em mar-

ço, após o então responsável pela fiscalização, Rodolpho Furlan Domingues, notificar a associação por falta de prestação de contas. Ele deixou a função em 16 de março, e os documentos apresentados não foram analisados naquele período.

O antigo fiscal havia se manifestado contra a prorrogação. Posteriormente, parecer jurídico da Subprefeitura da Sé recomendou o aditamento com base no princípio da boa-fé e também indicou a aplicação de uma advertência à associação.

A nova responsável pela fiscalização foi nomeada no dia 28 de julho. A decisão sobre eventual sanção caberá ao subprefeito da Sé. A Prefeitura informou que o aditamento busca viabilizar as intervenções necessárias e afirmou que o espaço deverá beneficiar cerca de 5.000 pedestres por dia.

CORREIO
GRANDE SP

POR
RAFAEL CHINAGLIA



SECOM/PREFEITURA DE POÁ

Encontro teve a articulação do prefeito de Poá, Saulo Souza

Poá sediará reunião da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos

Poá recebe nesta quarta-feira (12), pela primeira vez, uma agenda oficial da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). O seminário “Quem Paga a Conta? Municípios Paulistas Subfinanciados, Serviços Precarizados” ocorre das 14h às 17h, na Praça de Eventos Lucília Gomes Felipe. O encontro terá a participação do vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, e do presidente da FNP e prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo. O prefeito de Poá, Saulo Souza, que é vice-presidente temático de Mobilidade Metropolitana da entidade, também participa. O evento discutirá o financiamento municipal e a distribuição de recursos às prefeituras. A FNP apresentará dados de 2025 da plataforma IFEM, com indicadores de 5.525 municípios. A programação inclui ainda debates sobre reforma tributária, FPM e DADE.

São Bernardo amplia Voz da Gente para 2027

O programa Voz da Gente, da Prefeitura de São Bernardo do Campo, encerrou nesta segunda-feira (10) a rodada de encontros presenciais de 2026 e anunciou a ampliação da iniciativa. Após ouvir moradores de 15 regiões da cidade, a gestão municipal passará a reunir também representantes do terceiro setor, comerciantes e empresários para discutir o orçamento de 2027. Os encontros presenciais somaram mais de 1.500 participações entre junho e agosto. A consulta pública on-line continua disponível.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO



Encontros presenciais somaram mais de 1.500 participações

Guararema terá passeio ciclístico cultural

Guararema recebe, em 22 de agosto, um passeio ciclístico cultural entre a Vila de Luís Carlos e a Igreja Santa Catarina de Alexandria. A atividade gratuita integra a programação da Jornada do Patrimônio 2026, promovida pelo Governo do Estado de São Paulo e gerenciada pela Fundação Energia e Saneamento (FES), com apoio da Prefeitura. A concentração será às 8h, na loja ArAlto MTB, próxima à Estação Ferroviária da Vila de Luís Carlos. Não é necessário fazer inscrição. O percurso terá cerca de 35 quilômetros (ida e volta).

Haverá visita guiada pela Vila de Luís Carlos

Haverá visita guiada pela Vila de Luís Carlos. O trajeto seguirá até Sabaúna, em Mogi das Cruzes, e depois à Igreja Santa Catarina de Alexandria, onde será realizada uma visita sobre a história e a arquitetura do templo. O retorno à Vila de Luís Carlos está previsto para as 12h. O uso de capacete é obrigatório, e cada participante deve levar bicicleta e equipamentos próprios. Haverá profissionais acompanhando.

Mogi das Cruzes

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou o Projeto de Lei 63/2026, de autoria da prefeita Mara Bertaiolli (PL), que altera as regras para a subvenção de até 20% do prêmio do seguro rural. A proposta substitui a legislação de 2022 e prevê repasse do benefício diretamente às seguradoras credenciadas, além de critérios para seleção.

Osasco I

A Câmara de Osasco aprovou três propostas durante a 39ª Sessão Ordinária, realizada na quinta-feira (6). Em votação única, com 15 votos favoráveis, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 20/2026, que concede a Medalha Antônio Raposo Tavares e o Diploma Cidade de Osasco à secretária-adjunta de Saúde, Suzete Souza Franco.

Osasco II

A homenagem em Osasco é de autoria do vereador Cantor Goleiro (União). Sobre outros projetos, os vereadores aprovaram em primeira discussão, por 13 votos, um projeto do Executivo que autoriza crédito adicional de R\$ 1,1 milhão ao Fundo Municipal de Assistência Social. Os recursos serão destinados a serviços e equipamentos.

São Caetano do Sul

A Câmara Municipal de São Caetano do Sul convida para participar da sessão solene em comemoração ao Dia do Advogado e aos 60 anos da OAB de São Caetano do Sul. A solenidade será realizada na quinta-feira, 13 de agosto, às 19h, no Plenário dos Autonomistas da Câmara Municipal, com transmissão ao vivo pelas redes sociais.

Guarulhos I

O Vacimóvel da Prefeitura de Guarulhos aplicou 3.101 doses de vacinas contra gripe e sarampo durante atendimento no Terminal Urbano São João, entre os dias 5 e 7 de agosto. Ao todo, 3.072 pessoas passaram pelo local e 2.573 receberam ao menos uma dose. Foram aplicadas 1.914 doses contra o sarampo e 1.187 contra a influenza.

Guarulhos II

As equipes da pasta da Saúde também verificaram as cadernetas dos passageiros para identificar vacinas pendentes e atualizar os esquemas de imunização. Nesta semana, o serviço itinerante está no Terminal Metropolitan Taboão, na Av. Natália Zarif, 59, das 9h às 16h, até sexta (14). São oferecidas vacinas contra gripe e sarampo.



Trens circularam com velocidade reduzida entre capital e região metropolitana

Falhas afetaram linhas 12-Safira e 7-Rubi na Grande São Paulo

Problema na rede aérea provocou operação em via única na Linha 12

Por Ana Laura Gonzalez

Duas ocorrências provocaram alterações na circulação de trens na manhã desta terça-feira (11) em linhas operadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e pela Tic Trens, na Grande São Paulo. Os problemas foram registrados nas linhas 12-Safira e 7-Rubi e causaram lotação, plataformas cheias e redução da velocidade das composições.

Na Linha 12-Safira da CPTM uma falha na rede aérea de energia foi identificada por volta das 5h50, nas proximidades da Estação USP Leste. Para permitir a realização dos reparos, os trens passaram a circular em via única no trecho afetado.

A alteração provocou o aumento no intervalo entre as composições e elevou o tempo de viagem dos passageiros na Grande SP durante o período de manutenção das linhas.

Diante do problema, a CPTM acionou o Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência (PAESE) para reforçar o transporte no trecho entre as estações Comendador Ermelino e Tatuapé.

Ao todo, 29 ônibus foram disponibilizados para atender os passageiros durante a ocorrência. Desse total, 10 veículos ficaram posicionados na Estação Tatuapé e outros 19 na Es-

tação Ermelino Matarazzo.

A companhia informou que lamentava os transtornos provocados pela falha e mantém as equipes trabalhando para normalizar a circulação.

Os impactos foram sentidos diretamente pelos passageiros. Relatos indicam que o deslocamento entre Itaquaquecetuba e Tatuapé chegou a durar cerca de duas horas nesta manhã.

Outra ocorrência foi registrada na Linha 7-Rubi, operada pela Tic Trens. Por volta das 4h25, uma falha no rodeiro de uma composição foi identificada na Estação Vila Aurora.

FUMAÇA NO TREM

Segundo as informações da CPTM, houve registro de fumaça no trem. Apesar da ocorrência, não foram identificados riscos aos passageiros.

Os usuários foram orientados a desembarcar na própria estação, enquanto a composição foi retirada de circulação para passar por manutenção.

CIRCULAÇÃO NORMALIZADA

A circulação da Linha 7-Rubi foi normalizada às 4h26 e, de acordo com a CPTM, a ocorrência não provocou impactos na operação da linha. Porém, a situação na Linha 12-Safira provocou vários reflexos no sistema durante o horário de pico e nos horários seguintes

Atendimento digital pode evitar ida desnecessária a Centro de Saúde

Saúde realizou 2,5 milhões de atendimentos desde o início do Acessa Fácil em 2023

Da Redação

Das teleconsultas feitas pela rede pública de saúde de Campinas, 98,3% foram concluídas sem necessidade de encaminhamento para atendimento presencial. Desde o lançamento do programa Acesso Fácil Saúde Campinas, em março de 2023, apenas 1.171 dos 65.932 teleatendimentos resultaram em indicação de avaliação na unidade.

Os dados fazem parte de levantamento divulgado pela Secretaria de Saúde de Campinas e consideram o período até 5 de agosto de 2026. No total, o programa reúne a assistente virtual Ana e a tele-saúde, com 2.574.915 atendimentos e interações somados.

ASSISTENTE VIRTUAL CONCENTRA A MAIOR PARTE DAS AÇÕES

A maior parte das interações passa pela assistente virtual Ana, que já registrou 2.436.773 atendimentos automatizados. Entre as funções estão envio de alertas, monitoramento de pacientes, convocação para a segunda dose de vacinas e confirmação de exames e consultas.

O sistema também é usado para reduzir o absenteísmo nas unidades de saúde e para organizar filas, além de apoiar campanhas e ações voltadas a dengue, febre maculosa, teleconsulta em especialidades e



ROGÉRIO CAPELA

Dados fazem parte de levantamento e consideram o período até 5 de agosto de 2026

teleorientação para pacientes crônicos. Segundo a Secretaria, isso amplia o alcance do atendimento e melhora a gestão da rede.

TELESSAÚDE CRESCE E MANTÉM BOA AVALIAÇÃO DOS USUÁRIOS

Pela telessaúde, foram 138.142 atendimentos, entre teleconsultas — quando o paciente é atendido à distância — e teleconsultorias, em que um profissional de saúde troca orientações com um especialista. No período, as teleconsultas somaram 65.932 registros e as teleconsultorias chegaram a 36.105 solicitações, totalizando 72.210 inte-

rações.

A satisfação dos usuários ficou em 8,1. Para a diretora do Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital, Marcelle Benetti, o cuidado digital muitas vezes resolve a questão do paciente e libera o atendimento presencial para quem realmente precisa.

Como acessar os serviços e participar das ações

Os atendimentos chegam ao paciente por dois números. O contato (19) 99782-0990 é usado pela assistente virtual Ana para enviar alertas e confirmar consultas, sem possibilidade de resposta por mensagem livre. Já o número (19)

99899-0903 permite acessar informações da Secretaria de Saúde, tirar dúvidas e consultar resultados de exames, inclusive por QR Code.

Os temas incluem saúde da criança, saúde da mulher, saúde bucal, atendimento domiciliar, zoonoses e listas de medicamentos e vacinas disponíveis por unidade. A Secretaria também mantém projetos de teleorientação com estudantes de instituições de ensino superior e o programa Vivências em Saúde Digital para residentes multiprofissionais, reforçando a formação prática em saúde digital.

Nova estação meteorológica é instalada em escola municipal

Da Redação

A Defesa Civil de Campinas concluiu neste mês a implantação de mais uma estação meteorológica no município. O equipamento foi instalado no Centro de Educação Infantil Dr. Perseu Leite de Barros, na Rua Sacramento, 802, no Centro, e passa a reforçar o acompanhamento das condições do tempo em uma região estratégica da cidade.

Esta é a terceira estação instalada em uma escola municipal neste ano. Antes dela, receberam o equipamento a Emefreja Ozziel Alves Pereira, no Parque Ozziel, e o CEI Dr. Cláudio de Souza Novaes, no Jardim Florence I. Também foram contemplados neste ano o Museu da Imagem e do Som, no Centro, e a Mata de Santa Genebra.

As estações meteorológicas fazem medições automáticas e enviam os dados à Defesa Civil a cada cinco minutos. Entre as variáveis acompanhadas estão temperatura, umidade do ar, volume de chuva, velocidade e direção do vento, pressão atmosférica, radiação solar e concentração de dióxido de carbono (CO2).

Essas informações permitem identificar mudanças rápidas nas condições climáticas e apoiar decisões em situações de risco. Segundo a Defesa Civil, quanto mais cedo os dados chegam às equipes, maior é a capacidade de prevenir ocorrências e proteger a população.

Com a nova unidade, a Defesa Civil chega a 28 equipamentos de medição, sendo oito estações meteorológicas e 20 estações pluviométricas.



ROGÉRIO CAPELA

Estação é a terceira instalada em escola municipal neste ano

Secretaria de Saúde de Campinas vacina 64 cães e gatos após caso de raiva

Da Redação

A Secretaria de Saúde de Campinas promoveu no sábado (8) uma ação de vacinação de cães e gatos em frente ao Cemitério da Saudade. A medida foi adotada após a identificação de uma gata com raiva no local e teve como foco os animais de moradores que vivem em um raio de 300 metros da área.

Ao todo, 64 cães e gatos foram imunizados durante a mobilização. Segundo a pasta, Campinas não registrava raiva em gatos desde 2016, o que reforça a importância das ações de bloqueio e prevenção na região.

Na semana seguinte, a Uni-



MANOEL BRITO

Ao todo, 64 cães e gatos foram imunizados durante a mobilização

dade de Vigilância de Zoonoses também vai ministrar palestras para funcionários e terceirizados da Setec, responsável pela gestão do cemitério. O bloqueio

vacinal continuará na região, depois de ações anteriores realizadas casa a casa e da vacinação de gatos que vivem no local.

A vacina antirrábica gratui-

ta para o público em geral segue disponível durante todo o ano na UVZ, mediante agendamento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, pelo telefone (19) 2515-7044. A Secretaria reforça que a imunização anual é uma das principais formas de proteção contra a doença.

Entre as orientações de prevenção, estão não deixar animais soltos na rua, evitar contato com animais desconhecidos, não tocar em morcegos e acionar o Samu Animal pelo telefone 156 ao encontrar um animal doméstico machucado. Em caso de agressão por qualquer animal, a recomendação é procurar um Centro de Saúde e avisar a UVZ.

Hortolândia sanciona lei que eleva a segurança em piscinas

Lei Manuela exige dispositivos e novas regras para evitar acidentes devido à sucção

Da Redação

O Salão Nobre do Palácio do Migrante recebeu, no decorrer desta semana, uma cerimônia marcada pela dor, bem como pela luta de uma família em busca da justiça. O prefeito de Hortolândia, Zezé Gomes, sancionou a Lei nº 4.654/2026, cujo nome é Manuela, que institui novas regras de segurança para piscinas de uso coletivo do município e visa prevenir os acidentes provocados por sistemas de sucção.

A solenidade contou com a presença de Carina Carósio, mãe de Manuela, do vereador Nei Prazeres, autor do projeto, do presidente da Câmara Municipal, Daniel Laranjeira, do vereador Aldemir Clemente e de representantes de condomínios e servidores municipais.

O diploma leva o nome da criança que não sobreviveu a um acidente trágico. Em 23 de novembro de 2024, Manuela tinha 9 anos. O cabelo da menina ficou preso ao dispositivo de sucção de uma piscina de um resort na cidade de Campinas. A menina foi resgatada viva, mas ficou internada por 11 dias e morreu no mesmo dia em que celebraria o seu 10º ano de vida.

Agora, o nome dela passa a fazer parte de uma legislação criada para que outras famílias não sintam a mesma dor.



Na solenidade estavam Carina Carósio, mãe de Manuela, vereadores e representantes de condomínios

“A história da Manuela é marcada por uma dor imensa, mas também pela coragem de sua família em transformar essa dor em luta pela segurança e pela vida”, destacou o prefeito Zezé Gomes.

A nova legislação vale para piscinas instaladas em praças esportivas, clubes, academias, condomínios horizontais e verticais, associações de moradores, hotéis, pousadas e estabelecimentos semelhantes. Entre as exigências estão dispositivos de proteção nos sugadores, sistemas de alívio de pressão em situações de bloqueio e mecanismos automáticos

que interrompam o motor quando houver obstruções.

Para o vereador Nei Prazeres, autor da proposta, a sanção é uma conquista. “Esta lei transforma uma experiência dolorosa em prevenção”, afirmou ele.

O presidente da Câmara, Daniel Laranjeira, destacou o papel do Poder Público diante de situações que exigem resposta da sociedade. “O Legislativo tem a responsabilidade de ouvir a população e ajudar a construir soluções”, disse.

A Prefeitura poderá realizar inspeções nos locais abrangidos pela lei, priorizando a orientação dos res-

ponsáveis, sem descartar a aplicação de penalidades em caso de descumprimento. As multas variam de 10 a 50 Unidades Fiscais do Município, equivalentes, em 2026, a valores entre R\$ 50 e R\$ 250. Em casos de irregularidade, a piscina também pode ser interditada até a instalação dos dispositivos exigidos.

Para Carina Carósio, mãe de Manuela, ver o nome da filha em instrumento de proteção dá um novo sentido à dor da família. “A Manuela não pode voltar para casa, mas a história dela pode ajudar a proteger outras crianças”, afirmou.

Indaiatuba entrega 670 certificados de dispensa militar

Da Redação

Indaiatuba entregou, nesta terça-feira (11), 670 Certificados de Dispensa de Incorporação (CDI) a jovens que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório em 2026. A entrega ocorreu durante a cerimônia de Juramento à Bandeira Nacional, realizada no Centro Integrado de Apoio à Educação de Indaiatuba (Ciae).

O documento formaliza a dispensa dos jovens do serviço militar obrigatório e representa uma etapa da vida civil. Com o certificado, eles passam a ter o registro da situação militar regularizada. Durante a solenidade, os jovens também prestaram o juramento à Bandeira, em um ato que reforça o compromisso cívico com o país.

A cerimônia contou com a participação do prefeito e presidente da Junta de Serviço Militar de Indaiatuba, Dr. Custódio Tavares (MDB), além do capitão Guilherme Henrique Christo, que representou o general de Brigada Deocleciano José de Santana Netto.

Também estiveram presentes o sargento Garba Cardoso e a secretária da Junta de Serviço Militar, Flávia Avanci, além de outras autoridades e familiares.

Os jovens que precisam de atendimento relacionado ao serviço militar podem procurar a Junta de Serviço Militar, localizada no Ponto Cidadão, na Rua 24 de Maio, 1670. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Informações também podem ser obtidas pelo telefone (19) 3816-9267.



Jovens recebem certificados após juramento à Bandeira

Observatório de Americana amplia horários de visitas durante o inverno

Da Redação

O Observatório Municipal de Americana (OMA) “Astrônomo Nelson Alberto Soares Travník” ampliou os horários de visitação. A partir desta semana, as atividades ocorrem às quartas, quintas e sextas-feiras, das 21h às 22h, mediante agendamento pelo telefone (19) 3408-4800.

“As visitas ao OMA são uma oportunidade de turismo científico e cultural para toda a família. O equipamento público conta com especialistas em astronomia, que fornecem explicações detalhadas sobre o espaço e durante as observações do céu”,



Menores de 5 anos não podem entrar na cúpula do observatório

disse o secretário de Cultura e Turismo, Vinicius Ghizini.

O inverno é a melhor estação para observação astronômica, pois as noites são mais

longas, com céu mais limpo e estável. Nesta época, é possível ver constelações como Escorpião e Sagitário, além de objetos impressionantes

como o aglomerado Ômega Centauri, com 1 milhão de estrelas, e a “Caixinha de Joias”.

A programação inclui exposições, bate-papo astronômico e observação por telescópios. O acesso ao OMA é feito pela entrada principal do Jardim Botânico Municipal “Prefeito Carroll Meneghel”, na Rua Abraham Abraham, s/nº, no bairro Parque Residencial Nardini.

Em dias nublados ou chuvosos, as atividades são automaticamente canceladas e o interessado deverá remarcar a visita. Crianças menores de 5 anos não podem entrar na cúpula, por questões de segurança.

ANDRÉ NAVES

Defensor Público Federal. Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social

Milei e os ataques à dignidade

Uma cena se repete nas ruas de Buenos Aires. Filas quilométricas diante das sedes da ANDIS — a agência nacional de deficiência da Argentina. Pessoas com deficiência, familiares, cuidadores, esperam horas para reivindicar o que lhes foi tirado: o benefício mensal que, para muitos, era a única fonte de renda para comer, morar, comprar medicamentos, pagar transporte adaptado. O benefício valia cerca de duzentos dólares. Mais de cem mil pessoas o perderam. Por decreto.

O presidente Javier Milei chegou ao poder brandindo uma motosserra. A metáfora nunca é neutra. Quando se empunha uma motosserra contra o Estado, corta-se carne viva. E a carne que sangra primeiro é sempre a dos mais vulneráveis. “A mais barata...”, como canta Elza Soares.

Segundo a Associated Press, os cortes em programas de terapia especializada afetam cerca de 5 milhões de pessoas na Argentina. Mais de 100 mil já perderam integralmente o benefício mensal de invalidez — dos 1,1 milhão de beneficiários que recebiam aproximadamente 200 dólares. O governo voltou ao critério medicalizado de “capacidade de trabalho” para avaliar quem merece ou não o benefício — exatamente aquele paradigma que a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela própria Argentina em 2008, havia superado. Centros reduziram horários. Alguns pararam de servir refeições. Outros fecharam as portas. Medicamentos atrasam. Terapias são interrompidas.

O Congresso argentino reagiu. Ambas as casas derrubaram o veto presidencial à Lei de Emergência em Deficiência. No Senado, o placar foi de 63 a 7. Era a primeira vez em mais de vinte anos que um veto presidencial era superado na Argentina. Milei, porém, travou a implementação da lei, argumentando que seu impacto fiscal — cerca de 0,35% do PIB — ameaçaria o superávit. A matemática é reveladora: 0,35% do PIB é preço demais para a dignidade de milhões. Mas o superávit só pesou sobre as vidas que ele ignora.

O que se vê na Argentina é capacitismo institucional

escondido sob uma opção econômica. O governo não apenas cortou verbas: desumanizou publicamente as pessoas com deficiência. Oficiais questionaram o número de beneficiários, insinuando fraude em massa. O próprio presidente amplificou ataques nas redes sociais contra Ian Moche, um menino autista de 12 anos — contas alinhadas ao governo chegaram a publicar o endereço e o nome da escola da criança. Como disse o jornalista Gonzalo Giles, que tem deficiência: “Estão nos matando, não com balas, mas com decisões, com cortes, com decretos, com desculpas técnicas disfarçadas de necessidade e urgência.”

E há um detalhe sórdido: um escândalo de corrupção envolvendo a irmã do próprio Milei, supostamente recebendo propina de um acordo entre a ANDIS e uma empresa farmacêutica. Enquanto pessoas com deficiência eram acusadas de fraude e perdiam benefícios, quem lucrava era quem precarizava o sistema.

Há um argumento econômico que precisa ser frisado. Ao excluir pessoas com deficiência da vida social, econômica e cultural, não se promove eficiência. Promove-se empobrecimento. É um potencial criativo suprimido. Uma perspectiva única que deixa de contribuir para a inovação coletiva. Diversidade é vantagem competitiva. Quando um governo elimina programas que sustentam a inclusão, está reduzindo o quociente criativo de sua sociedade. A motosserra de Milei não corta apenas gastos. Corta futuros possíveis.

Penso em Piazzolla — “Balada para um loco”. O tango que fala de loucura, de paixão, de vida. Mas há uma loucura que não é poética: é a loucura de quem pensa que pode cortar a dignidade alheia sem cortar a própria humanidade. Saber sofrer y volver a vivir — sofrer e voltar a viver — é a sabedoria do tango. Mas voltar a viver exige condições materiais. Exige benefício. Exige terapia. Exige Estado presente.

Há poucos dias, Milei desembarcou no Brasil. Sua primeira visita ao país como presidente argentino não

foi uma visita de Estado. Foi um ato político-partidário em 24 de julho, segundo a Reuters. O homem que brande a motosserra contra os gastos públicos utiliza recursos do Estado argentino para cruzar fronteiras e participar de um rally eleitoral no exterior. O corte sempre recai sobre os mais vulneráveis. A regalia, sobre os poderosos. Esta é a lógica estrutural da austeridade.

Há, no Brasil atual, candidatos e lideranças políticas que batem palmas para Javier Milei. Há quem o apresente como modelo de coragem fiscal. Há, inclusive entre setores desavisados do próprio movimento de pessoas com deficiência, quem veja na retórica da austeridade uma promessa sedutora de modernidade. É preciso abrir os olhos. Pau que bate em Chico também bate em Francisco. A motosserra não tem pátria. O que acontece hoje em Buenos Aires pode acontecer amanhã em Brasília.

O Brasil possui uma legislação protetiva robusta — a Lei Brasileira de Inclusão, a Convenção da ONU com status de emenda constitucional. Mas leis não se sustentam sozinhas. Precisam de verbas, de instituições funcionais, de vontade política e de vigilância cívica. Quando candidatos enaltecem o modelo de um governante que vetou leis de proteção à deficiência e travou sua implementação mesmo após o Legislativo rejeitar o veto, que vilipendiou publicamente crianças autistas, estão dizendo onde sua tesoura cortará.

O equilíbrio fiscal é objetivo legítimo. Mas a questão não é entre austeridade e prodigalidade. É sobre que vidas a tesoura está disposta a sacrificar no altar dos números. A motosserra que corta verbas de pessoas com deficiência não está apenas mutilando orçamentos. Está mutilando o tecido social, reduzindo o potencial criativo de uma nação e ensinando a crueldade como método de governo.

Que todos aqueles que lutam pela Justiça e pela Inclusão Social saibam: a distância entre Buenos Aires e Brasília, em matéria de Direitos Humanos, é menor do que parece.

JOÃO ALBERTO GRAÇA

Advogado. Membro do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná

Reforma Tributária: transição exige conformidade, não punição

A possibilidade de que a aplicação efetiva das multas relacionadas às novas obrigações acessórias da Reforma Tributária seja postergada para 2027 reacendeu um debate que vai muito além do calendário fiscal. Em jogo está a forma como o Estado pretende conduzir a maior transformação do sistema tributário brasileiro desde a Constituição de 1988: pela orientação aos contribuintes ou pela punição imediata.

A discussão é especialmente relevante porque a complexidade da mudança não encontra paralelo na história recente da administração tributária nacional. A Emenda Constitucional nº 132/2023 alterou profundamente a tributação sobre o consumo ao substituir, de maneira gradual, PIS, Cofins, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A regulamentação foi consolidada pela Lei Complementar nº 214/2025, posteriormente complementada pela Lei Complementar nº 227/2026, que instituiu o Comitê Gestor do IBS, disciplinou o processo administrativo tributário do novo imposto e promoveu ajustes importantes nas regras de fiscalização, conformidade e sanções.

Na sequência, o Decreto nº 12.955/2026 regulamentou diversos dispositivos da legislação complementar, estabelecendo que parcela significativa dos procedimentos operacionais será disciplinada por atos normativos da Receita Federal e do Comitê Gestor do IBS. Em outras palavras, o novo sistema jurídico já existe, mas sua operacionalização ainda está em construção.

Essa distinção é fundamental. A legislação entrou em vigor, porém a implementação prática depende de uma extensa cadeia de providências técnicas: adaptação dos documentos fiscais eletrônicos, integração dos sistemas da União, dos Estados e dos Municípios, revisão dos cadastros fiscais, parametrização dos softwares de gestão empresarial, desenvolvimento de plataformas tecnológicas e publicação de inúmeros atos infralegais indispensáveis ao funcionamento cotidiano do modelo.

Difícilmente haveria ambiente mais inadequado para inaugurar um ciclo de fiscalização punitiva. Não por falta de obrigação legal dos contribuintes, mas porque o próprio Estado ainda está estruturando os instrumentos necessários para que essas obrigações possam ser plenamente cumpridas.

Essa percepção parece estar presente nas próprias administrações tributárias. A Receita Federal tem sinalizado que a primeira fase da implementação deve privilegiar uma política de conformidade orientada, permitindo que inconsistências sejam corrigidas antes da adoção de medidas sancionatórias. O Comitê Gestor do IBS, por sua vez, ainda terá papel decisivo na definição de diversos procedimentos essenciais para o funcionamento do novo sistema. Em âmbito local, algumas administrações seguem a mesma lógica. O Distrito Federal, por exemplo, divulgou cronograma oficial que trata 2026 como período de adaptação dos contribuintes às novas exigências da reforma.

Essa postura não representa qualquer flexibilização do dever de cumprir a legislação tributária. Ao contrário, constitui uma aplicação concreta de princípios estruturantes do Estado de Direito, como a segurança jurídica, a proteção da confiança legítima, a razoabilidade e a proporcionalidade. Não seria compatível com esses princípios exigir conformidade absoluta quando as próprias regras operacionais ainda se encontram em fase de consolidação.

Mais do que um período de tolerância, a transição deve ser compreendida como uma etapa de preparação. Empresas precisarão revisar cadastros, reconfigurar sistemas, validar critérios de crédito, testar documentos fiscais eletrônicos, capacitar equipes e fortalecer mecanismos internos de governança tributária. Trata-se de um investimento indispensável para reduzir riscos futuros e garantir a correta aplicação do novo modelo.

A própria experiência brasileira demonstra que grandes projetos de modernização tributária sempre

foram acompanhados por períodos de adaptação. Assim ocorreu com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), do eSocial e da EFD-Reinf. Em todos esses casos, a administração tributária priorizou fases de testes, ajustes e orientação antes da consolidação plena do regime sancionatório. Não há razão para que a maior reforma tributária das últimas décadas siga caminho diverso.

A cultura contemporânea de administração tributária também caminha nessa direção. Em diversas jurisdições, a fiscalização deixou de atuar exclusivamente sob uma lógica repressiva para incorporar mecanismos de conformidade cooperativa, nos quais Estado e contribuinte compartilham o objetivo de reduzir erros, aumentar a transparência e elevar os níveis de cumprimento espontâneo das obrigações fiscais. O sucesso do novo sistema brasileiro dependerá, em grande medida, da capacidade de incorporar essa mudança de paradigma.

A Reforma Tributária não será julgada apenas pelo desenho constitucional que instituiu CBS e IBS nem pela qualidade técnica de sua legislação complementar. Seu verdadeiro teste ocorrerá na implementação cotidiana, quando milhões de empresas precisarão adaptar seus processos e quando as administrações tributárias terão de demonstrar capacidade de coordenação entre os diversos entes federativos.

Nesse cenário, adiar a aplicação efetiva das penalidades não significa enfraquecer a fiscalização. Significa reconhecer que a conformidade nasce da previsibilidade, da orientação e da estabilidade normativa. A punição continua sendo instrumento legítimo e necessário, mas sua eficácia depende de um pressuposto elementar: que todos tenham condições reais de compreender e cumprir as novas regras.

Uma reforma dessa dimensão exige firmeza institucional, mas também maturidade jurídica. E maturidade, neste momento, significa compreender que orientar primeiro é, muitas vezes, a forma mais eficiente de fiscalizar depois.

Após crise no PL e briga com o enteado, Michelle entra na campanha de Flávio

Ex-primeira-dama grava com o candidato do PL e diz que vai ajudar na articulação de apoios

Por **Beatriz Matos**

Depois de um período marcado por atritos dentro do PL, Michelle Bolsonaro entrou de vez na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro. A ex-primeira-dama se encontrou nesta terça-feira (11) com o enteado para participar de gravações eleitorais e afirmou que pretende atuar na articulação de apoios e, principalmente, na aproximação da candidatura com o eleitorado feminino.

O movimento ocorre depois de uma crise que expôs divergências entre Michelle e integrantes do partido, especialmente por causa das alianças estaduais. Agora, ela diz considerar o episódio superado e fala em união em torno da candidatura de Flávio.

“Agora é página virada e todos unidos vamos trabalhar para a gente resgatar o nosso Brasil”, afirmou Michelle.

A participação na campanha começa com as gravações ao lado de Flávio e deve avançar também pelas redes sociais. Michelle afirmou que ainda não sabe qual será sua disponibilidade para viajar pelo país, mas garantiu que o candidato poderá contar com ela.

“Viajar eu não sei como vai ser. Acho que a gente vai viver um dia de cada vez, a gente vai tentar se organizar, mas



Após briga, Flávio e Michelle finalmente aparecem juntos

ele pode contar comigo nas redes sociais e contar também com a força feminina que está espalhada pelo Brasil”, disse.

ELEITORADO FEMININO

Michelle aposta principalmente na estrutura política construída enquanto esteve à frente do PL Mulher. Segundo ela, o trabalho desenvolvido pelo movimento ajudou a eleger 1.005 mulheres e criou uma rede que agora poderá ser

mobilizada em favor de Flávio.

“Acho que a base já está pronta. A gente percorreu o Brasil por um ano justamente pensando nas eleições de 2026, para que o nosso candidato tivesse o apoio do público feminino”, afirmou.

A ex-primeira-dama disse ainda que já começou a organizar sua participação na pré-campanha e a buscar novos aliados. “Estou construindo também, articulando também

os apoios. Então, estou começando agora”, declarou.

Ela descartou, porém, reassumir a presidência do PL Mulher. Michelle afirmou que vive “um novo ciclo” e que, neste momento, também precisa conciliar a campanha com os cuidados com seu marido, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está em prisão domiciliar.

FERIDAS NO PARTIDO

Apesar do discurso de paci-

ficação, Michelle voltou a falar sobre as divergências que provocaram seu afastamento da direção do PL Mulher. Ela afirmou que tinha autonomia para participar da construção dos diretórios estaduais e das candidaturas femininas, mas considerou que esse espaço não foi respeitado como esperava.

O principal foco da crise foi o Ceará. Michelle reafirmou ser contrária à aliança do PL com Ciro Gomes e classificou sua posição como “visceral”. Segundo ela, o desgaste vinha desde novembro, quando chegou a procurar a direção da legenda para deixar o comando do PL Mulher, mas foi convencida a tirar uma licença.

Ao ser questionada sobre suas relações dentro do partido depois dos episódios, evitou aprofundar as divergências. “Um dia de cada vez, a gente está se ajustando, mas eu não guardo mágoa de ninguém. Acho que as coisas vão se ajustando aos poucos”, disse.

Do lado de Flávio, a estratégia é usar as próximas semanas para ampliar os palanques estaduais. O candidato afirmou que a campanha pretende apoiar 47 candidatos ao Senado e destacou que a quantidade de nomes competitivos para o Senado, Câmara e governos estaduais dará maior capilaridade.

Lula resolve posar de chapéu para foto da urna

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de dois meses para o primeiro turno das eleições gerais deste ano, os candidatos estão escolhendo suas fotos oficiais que aparecerão nas urnas eletrônicas para seus eleitores.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu uma foto em que ele aparece usando um chapéu panamá.

Contudo, a escolha da foto com um adereço levantou preocupações de aliados do presidente para possíveis problemas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Desde que retirou um câncer de pele na cabeça, em abril deste ano, e iniciou seu tratamento, Lula tem aparecido publicamente com um chapéu panamá para evitar

sol no local do procedimento, por recomendação médica.

“ADORNOS”

A legislação eleitoral não permite elementos cênicos e adornos “com conotação de propaganda eleitoral e que induzam ou dificultem o reconhecimento do candidato pelo eleitorado”.

Contudo, em 2022, o TSE aceitou um recurso feito pelo então candidato a deputado federal por São Paulo Douglas Belchior (PT) que solicitou que pudesse usar um boné em sua foto na urna eletrônica. Diante disso, a campanha eleitoral de Lula usará este precedente como argumento, caso o TSE venha a questionar o chapéu de Lula.

Ao Correio da Manhã, o consultor de marketing po-



TSE pode julgar irregular uso do chapéu na foto

lítico e eleitoral Deividi Lira explicou que o uso de adereços não necessariamente implica que a foto será considerada irregular.

“As regras eleitorais para 2026 estão preocupadas, principalmente, com a correta identificação do candidato e com elementos que possam ter caráter de propaganda ou dificultar seu reconhecimento”, diz o especialista. “Juridicamente, não se deve partir da premissa de que um adereço torna automaticamente a foto irregular, até porque o registro da candidatura e da fotografia ainda está sujeito à análise da Justiça Eleitoral, e um eventual questionamento precisaria avaliar concretamente se aquele elemento viola os requisitos da fotografia”, detalhou Deividi.

ALEXANDRE MACIEIRA/RIOTUR



Santos Dumont, no Rio de Janeiro, segue sob gestão da Infraero

Infraero silencia sobre reestruturação e rumo da estatal

A Infraero vive uma redefinição de rumo, com a perspectiva de concentrar sua atuação em aeroportos regionais e deixar de participar de grandes concessões. A mudança foi detalhada pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Tomé Franca, em entrevista ao NeoFeed. A estatal, que chegou a administrar 66 aeroportos, hoje responde por apenas 23 terminais regionais e pelo Santos Dumont. Ainda mantém 49% de Guarulhos, Confins e Viracopos, participações que mostram o alcance da mudança. A coluna procurou a Infraero para saber se há um plano formal de reestruturação e confirmar essa nova orientação do governo. A resposta foi objetiva: “A Infraero não irá se manifestar sobre o assunto”. O silêncio deixa sem resposta questões importantes sobre o futuro de uma empresa que já comandou os principais aeroportos brasileiros.

Brasil propõe integração para cruzeiros

A coluna apurou que o Brasil se colocou à disposição de Uruguai, Argentina e Chile para desenvolver o mercado regional de cruzeiros. A proposta foi apresentada pelo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, em Punta del Este. “Se o Brasil cresce, o Uruguai, a Argentina e o Chile também crescem, e vice-versa”, disse. A área sanitária, na qual o Brasil é referência, entrou na pauta. Para 2026/2027, são previstos oito navios, 190 roteiros e 675 escalas, com passagens por Buenos Aires, Montevideu e Punta del Este.

DIVULGAÇÃO/MTUR



Ministros de Uruguai e Brasil em encontro em Punta del Este

Brasil e Uruguai unem turismo na fronteira

Brasil e Uruguai assinaram na última semana, em Punta del Este, um memorando para integrar o turismo nas regiões de fronteira. Firmado pelos ministros Gustavo Feliciano e Pablo Menoni, o acordo prevê rotas e experiências conjuntas, promoção de destinos, capacitação e melhoria da conectividade. A iniciativa se soma a estudo do Ministério do Turismo com a Unesco para mapear oportunidades e orientar investimentos nas divisas do Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, principal porta terrestre de turistas estrangeiros.

Fronteira é estratégica para impulso do turismo

O acordo mira um mercado que já tem escala. O Rio Grande do Sul recebeu mais de 1,2 milhão de turistas internacionais no primeiro semestre de 2025, e os uruguaios estão entre os principais fluxos terrestres. O desafio é transformar passagem em permanência, consumo e receita, com roteiros binacionais e experiências capazes de fazer da fronteira não apenas uma porta de entrada, mas também um destino.

Rock in Rio

A proximidade do Rock in Rio já aparece na malha aérea. A Azul registrou alta de 41% nas reservas para o Rio durante o festival, em comparação com o mesmo período de 2025. Entre 4 e 13 de setembro, a companhia prevê 990 voos no Santos Dumont e no Galeão, com oferta superior a 130,9 mil assentos em chegadas e partidas no período.

Parceria

Brasil e Filipinas assinam memorando para ampliar a cooperação em turismo e estimular o fluxo de visitantes. O acordo prevê promoção de destinos, intercâmbio de informações e ações conjuntas. No primeiro semestre de 2026, o Brasil recebeu 3.311 turistas filipinos, número ainda pequeno diante do potencial entre os dois mercados.

Sem visto

Brasileiros poderão continuar viajando ao Japão sem visto para estadias de até 90 dias. O acordo de isenção, em vigor desde 2023, foi prorrogado até 2029 e também beneficia japoneses que visitam o Brasil. A medida facilita viagens de turismo e negócios e acompanha a aproximação entre os dois países nos fluxos de pessoas e comércio.

Pescaria

O turismo de pesca brasileiro ganhou vitrine internacional no Fishing Show Brazil 2026, realizado em São Paulo. A Embratur apresentou destinos e experiências ligadas à pesca esportiva, segmento com potencial para atrair viajantes de maior permanência e gasto. A estratégia busca ampliar a presença do Brasil nesse nicho no exterior.

Enoturismo

São Paulo recebe, nesta quinta-feira (13), o I Fórum de Enoturismo e Gastronomia das Américas, no WTC Events Center. O encontro, realizado em colaboração com a ONU Turismo, reunirá governos, produtores, chefs e empresários para discutir rotas do vinho, geração de renda e integração do turismo com a produção rural no continente.

Recorde

O Parque Nacional do Iguaçu recebeu 263,1 mil visitantes em julho e registrou o maior movimento mensal da história. O resultado ficou 20% acima do mesmo mês de 2025 e foi impulsionado pelas férias, pela ampliação da operação e por ações de promoção. Em 2025, o parque já havia superado a marca de 2 milhões de visitantes.

DIVULGAÇÃO/EQUIPOTEL



Eventos de negócios movimentam o turismo corporativo brasileiro

Brasil lidera avanço global em viagens de negócios

Gastos corporativos devem crescer 13,8% no país em 2026

Da **Redação**

O Brasil deve registrar em 2026 o maior crescimento nos gastos com viagens corporativas entre os 15 principais mercados do mundo. A projeção, de 13,8%, é da Global Business Travel Association (GBTA) e coloca o país à frente de Austrália (11,5%), Coreia do Sul (11,3%), Turquia (10,9%) e Japão (10%). O mercado brasileiro deve movimentar US\$ 35,8 bilhões no ano.

A liderança, porém, ocorre em um cenário no qual o dinheiro avança mais rápido que o número de viagens. A GBTA estima que os gastos globais com deslocamentos a trabalho chegarão ao recorde de US\$ 1,71 trilhão em 2026, alta de 7,2%. Já o volume de viagens deve crescer apenas 1,3%, para 1,84 bilhão. A diferença evidencia o peso do encarecimento de transportes e outros custos sobre o desempenho do setor.

O relatório aponta quatro forças: crescimento econômico ainda resiliente, investimentos empresariais, incerteza geopolítica e custos elevados de deslocamento. Nos Estados Unidos, pesam os investimentos em inteligência artificial e tecnologia. No Brasil, a alta dos preços de

energia é citada como fator de sustentação da atividade econômica. Na Argentina, a maior estabilidade ajuda a impulsionar a recuperação regional.

Os números também mostram uma mudança no comportamento das empresas. As viagens continuam relevantes, mas são avaliadas com mais rigor quanto ao custo, à produtividade e ao retorno. Em 2025, os gastos globais já haviam crescido 8,4%, para US\$ 1,59 trilhão, acima do previsto pela entidade. Para hotéis, companhias aéreas, agências, centros de convenções e destinos especializados no turismo de negócios, o avanço brasileiro abre espaço para receitas. Ao mesmo tempo, a expansão não deve ser lida apenas como aumento de demanda: parte importante do crescimento financeiro decorre de viagens mais caras.

A GBTA projeta que o mercado mundial ultrapassará US\$ 2 trilhões até 2030. O Brasil aparece não como o maior mercado, mas como o que mais cresce entre as principais economias do setor — uma posição que amplia as oportunidades, mas também exige competitividade para transformar gasto em resultado para a cadeia do turismo.

REPRODUÇÃO/TCU



Pedido ocorre após o avanço das apostas no país

Ministério Público pede ao TCU investigação sobre danos das bets

O Ministério Público pediu que o Tribunal de Contas da União(TCU) investigue os danos provocados pelas plataformas de apostas on-line, as chamadas bets. A representação busca avaliar os impactos econômicos e sociais da atividade e a atuação do poder público na prevenção e no enfrentamento dos problemas relacionados ao setor. O pedido ocorre após o avanço das apostas no país e a identificação de efeitos sobre o orçamento das famílias, o endividamento e a saúde mental dos apostadores. O TCU já realizou levantamentos sobre os impactos das bets na saúde mental e acompanha medidas adotadas pelo governo para fiscalizar o segmento. Em 2025, a Corte também analisou movimentações de beneficiários do Bolsa Família para empresas de apostas. Agora, o MP quer que o tribunal avalie a extensão dos prejuízos e a eficácia das políticas públicas destinadas a reduzir esses impactos.

STJ autoriza pensão sobre salário mínimo

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o juiz pode fixar antecipadamente um percentual do salário mínimo para a pensão alimentícia em caso de desemprego ou trabalho informal do alimentante. A Corte restabeleceu decisão que havia estabelecido o pagamento de 54% do salário mínimo nessas situações. Para a relatora, ministra Nancy Andrighi, a medida garante a continuidade da pensão e evita a necessidade de uma nova ação judicial diante de mudanças na renda do responsável.

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Corte estabeleceu o pagamento de 54% do salário mínimo

Reajuste de custas e emolumentos pelo INPC

O Tribunal Superior do Trabalho apresentou o PL 4.919/2026, que prevê a atualização anual, pelo INPC, das custas e emolumentos da Justiça do Trabalho. Hoje, as custas são de 2% sobre o valor da causa, acordo ou condenação, com mínimo de R\$ 10,64. Pela inflação acumulada de 4,33% em 12 meses até junho, o piso iria a cerca de R\$ 11,10, em uma simulação. O projeto também cria o Fundo Especial da Justiça do Trabalho (FEJT), que poderá financiar tecnologia, capacitação, manutenção e obras nos tribunais.

Justiça Eleitoral terá R\$ 13,9 bi em 2027

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para 2027, no valor de R\$ 13,9 bilhões. O montante inclui despesas do TSE, dos tribunais regionais eleitorais (TREs) e o repasse do Fundo Partidário. A proposta será enviada ao Ministério do Planejamento para integrar o PLOA de 2027, que será analisado pelo Congresso Nacional agora.

OAB nos estados I

O presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, recebeu representantes da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados para discutir o fortalecimento da atuação conjunta e a ampliação da presença da entidade nos estados. Simonetti também foi convidado para a primeira conferência da federação, em novembro, em Brasília.

OAB nos estados II

A reunião contou com dirigentes da OAB Nacional e representantes de institutos do Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Entre os temas tratados esteve o fortalecimento do diálogo institucional e de pautas ligadas à advocacia e ao Direito. A entidade reúne institutos de diferentes estados brasileiros.

Defensoria na ocupação I

Willian Fernandes tomou posse popular como ouvidor-geral da Defensoria Pública da União (DPU) para o biênio 2026-2028, em cerimônia realizada na Ocupação Quilombo Saracura, no centro de São Paulo. Movimentos sociais e lideranças comunitárias participaram do evento, que destacou a aproximação da instituição com a população.

Defensoria na ocupação II

A defensora pública-geral federal, Tarcijany Linhares, afirmou que a Ouvidoria Externa representa a participação da sociedade na Defensoria e transforma demandas de grupos vulnerabilizados em serviços e políticas públicas. Fernandes defendeu a presença dos movimentos sociais na gestão e destacou a necessidade de ampliar essa atuação.

Perda de patente I

O Superior Tribunal Militar (STM) decidiu, por maioria, declarar indigno para o oficialato um 2º tenente reformado do Exército e determinar a perda do posto e da patente. Ele foi condenado pela Justiça comum do Maranhão a quase seis anos de prisão por transmitir intencionalmente HIV a duas ex-companheiras. A decisão foi tomada pelo Plenário da Corte.

Perda de patente II

Segundo o STM, a conduta violou princípios éticos e morais das Forças Armadas e comprometeu o decoro militar. A defesa alegou desproporcionalidade da medida, ressaltando que os crimes ocorreram na vida privada e que o oficial é inválido, tem sequelas neurológicas e necessita de cuidados. Dois ministros divergiram da maioria e votaram contra.

DEPOSIPHOTOS



Dívida com precatórios do Estado chega a quase 3% do PIB

Estudo mostra que Brasil é o país que mais processa o Estado

Alto grau da litigância gera uma dívida de R\$ 330 bilhões em precatórios

Por Beatriz Cicci

Uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) revelou que o Brasil é o país onde os cidadãos mais recorrem à Justiça em disputas contra o Poder Público. Esse alto nível de litigância resultou em uma dívida de R\$ 330 bilhões em precatórios, valor equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

A pesquisa evidencia os nove temas que concentram a maioria dos processos judiciais. Entre eles, a litigância previdenciária se destaca, responsável por quase metade dos processos em 2025 (45,1%). Em seguida, encontra-se a litigância envolvendo interesses de servidores públicos (21,8%), questões tributárias (11,5%), trabalhistas (6,5%), contratuais (4,9%), de responsabilidade civil (4,0%), saúde (3,9%), educação (1,4%), trânsito (0,5%), ambientais (0,4%) e de desapropriação (0,2%).

O levantamento, que recolheu dados até março de 2025, registrou 10,6 milhões de processos pendentes na Justiça. O resultado dessa alta judicialização é uma enorme dívida governamental perante os brasileiros.

Segundo o coordenador do relatório de pesquisa, Rogério Bastos Andrade, ci-

tando dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em dezembro de 2025, o país devia cerca de R\$ 330 bilhões a atores privados da sociedade brasileira por meio do pagamento de precatórios.

O estudo analisou outros cinco países — México, Argentina, França, Estados Unidos e Alemanha —, além da média da União Europeia. Entre eles, Arantes destaca que a taxa de litigância brasileira é “incomparável”.

A pesquisa revela que, segundo dados de 2022, a cada mil habitantes, há 35,6 processos pendentes no Brasil. A Alemanha, em segundo lugar, apresenta oito processos pendentes por mil habitantes. Dessa forma, a média brasileira ultrapassa significativamente a da União Europeia e a de todos os outros países incluídos no relatório.

O especialista explica que essa taxa de litigância extraordinária ocorre devido, primeiramente, às reformas previstas na Constituição de 1988 que ampliaram o acesso à Justiça. Também é resultado de uma série de incentivos que favorecem a judicialização de conflitos – como a gratuidade da justiça, assistência jurídica gratuita, cortes constitucionais, juizados especiais para conflitos menores e defensorias públicas.